DIARIO OFFICIAL

DA
REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXIX—2.º DA REPUBLICA—N. 174

RIO DE JANEIRO

TERÇA-FEIRA, 1 DE JULHO DE 1890

DIARIO OFFICIAL

INELEGIBILIDADE DO CLERO.

Uma folha da manhã, occupando-se hontem com o art. 26 da Constituição da Republica, attribue-lhe a intenção de crear uma incapacidade especial contra o clero catholico.

Essa hermeneutica é materialmente contraria á letra da disposição alludida, que resa assim:

« São inelegiveis para o Congresso Nacional:

« 1.º Os *clerigos* e religiosos regulares de qualquer confissão.»

A palavra *clerigo* significa vernaculamente *membro do clero*. São inelegiveis, pois, não sómente os membros do clero catholico; mas os de *todas as confissões religiosas*.

Não é, pois, uma medida adoptada em odio á igreja catholica, sim um regimen commum ao sacerdocio de todos os cultos.

E, adoptando-o, a Constituição Brazileira não faz mais que inspirar-se na constituição helvetica.

Pareceu-lhe que nos bastaria a liberdade como na Suissa.

SANEAMENTO DA CAPITAL FEDERAL

Ministerio dos Negocios do Interior—Rio de Janeiro, 28 de junho de 1890.

Devolvendo ao Conselho de Intendencia Municipal as propostas que acompanharam o seu officio de 7 do corrente mez, apresentadas pelos Drs. Hilario Soares de Gouvêa e João da Costa Lima e Castro e cidadão Americo de Castro para obras de saneamento nesta capital, declaro ao Conselho de Intendencia que, submettido o assumpto ao exame do Ministerio da Fazenda e discutido em conferencia de Ministros, foram as mencionadas propostas indeferidas em virtude de resolução unânime tomada de accordo com o Generalissimo chefe do Governo, á vista das razões exaradas nos pareceres juntos daquelle Ministerio, do engenheiro zelador dos proprios nacionaes e das Directorias de Rendas e Contabilidade do Thesouro.

Assim, regeitadas pelo governo as alludidas propostas cujos planos são tão problematicos no que concerne ao melhoramento da capital, quanto positivos e bem estudados no interesse dos industriaes que os engendraram, cabe á Intendencia deliberar sobre o que diz respeito como lhe aconselharem as exigencias do serviço publico.— José Cesario de Faria Alvim.

Capital Federal, 26 de junho de 1890.

SR. MINISTRO.

Tendo-se dignado o Generalissimo Chefe do Governo Provisorio ouvir o Thesouro sobre os projectos de saneamento desta capital e submettidos á Intendencia Municipal, e as mãos de V. Ex., como o ministro da pasta especial no assumpto, o fructo dos estudos a que se procedeu no ministerio a meu cargo, e a que adhiro sem reservas.

Esses trabalhos, feitos com extremo escrupulo, acabaram de confirmar o sentimento geral, tão justamente hostil a essa pretensão, a mais ambiciosa e, ao mesmo tempo, a mais vã, que jamais se formulou neste paiz.

Já era mais que decisivo, para cortar a questão *in limine*, este juizo da commissão instituida pela municipalidade:

« Diante de questão tão complexa, a commissão reconhece que *nenhum dos dous projectos resolve rigorosamente o problema mais urgente do saneamento da cidade.*»

Si os projectos não satisfazem a esta necessidade, a exigencia suprema, sob cuja invocação se pretendem legitimar os sacrificios inauditos reclamados á fortuna dos contribuintes em prol desta empreza, curioso seria saber que outros titulos poderiam honestal-a perante a consciencia publica e o senso commum. E' em nome do saneamento da cidade que se solicita, nestes papeis, a mais estupenda garantia de juro sonhada na historia da especulação industrial entre nós. Não vejo, pois, que considerações confessaveis abonariam ainda esse committimento, depois que os technicos nomeados pela municipalidade nos attestam que elle não saneará a cidade.

Verdade seja que ao saneamento se junta, nesta especiosa tentativa, a seducção do aformoseamento da capital. Mas não fóra serjo discutir si á vaidade da capital da Republica assiste o direito de autorizar, sob a garantia do Thesouro, despezas equivalentes a dous annos da receita federal. Insufficiente sob o aspecto hygienico, esse projecto, aliás, emquanto á transformação esthetica do Rio de Janeiro, é apenas servil reproducção da proposta, rejeitada ha quinze annos, de uma commissão cujos trabalhos morreram, felizmente, no papel. Devemos esperar que novos estudos, sob o novo regimen, nos dêem resultado mais capaz. E, como quer que seja, não seria toleravel curarmos da formosura da cidade, antes de tratar-lhe da saude.

Mas nem ao menos, por qualquer dos lados que se encare, offerece esse projecto, base para exame profissional. E' um debuxo colorido, combinação de dados incorrectos, sem a menor garantia de authenticidade; porque toda a gente sabe que não se fizeram para elle novos trabalhos, e todos os existentes, até hoje, sobre a planta da capital são extremamente infidedignos. Planos especiaes dos varios ramos da grande obra, não nol-os apresenta a empreza. Falla-nos em drenagem do sub-solo, sem nos proporcionar a minima somma de dados scientificos sobre uma especialidade tão delicada, de resultados tão duvidosos e de tão incalculavel custo. Do calçamento estanque não se particularizam as condições technicas. Sobre as relações entre essa profunda mutação na topographia da cidade e o seu systema de canalisação subterranea para a agua, os esgotos, a luz, nem o mais parco rudimento de informação nos habilita a julgar a seriedade das intenções e dos calculos dos postulantes. De orçamentos, nem vislumbre. Tamanha concepção não deve baixar a taes minúcias. Estamos, em summa, ante uma phantasia pintada e arrasoada, um artificio de imaginação, innocente, si não batesse ás portas do Thesouro com a mais descommunal e a mais tenaz das enormidades.

Mas ella não pôde resistir á analyse, a que a sujeitam os dous pareceres das directorias de contabilidade e rendas no Thesouro.

Para qualifica-la, bastaria apontar a somma das despezas, para as quaes impetra o abono do credito do Estado. Essa addição monta a 240.000.000\$ da nossa moeda.

Mas não é tudo: a cada um dos ramos, em que se trifurca a empreza, corresponde uma série de impostos sobre a propriedade territorial, a propriedade predial, o commercio, a navegação, as

Indústrias e profissões, os meios de transporte. A importação mesmo não escapa á derrama. Quando o regimen republicano promove a extincção desse a empresa do saneamento cria-lhe uma sobrecarga. Tudo sob a ingenua theoria, exhumada agora, de que com a criação desses impostos o Estado não se onera: apenas faz resarcir pelos immediatamente interessados o que houver de pagar á empresa. Esta ainda parece estar, portanto, na idade primitiva das idéas economicas, em que seria licito suppor cousas diferentes a algeibra do contribuinte e o Thesouro da Nação.

Os estudos annexos evidenciam que, dos impostos alvitrados a beneficio dessa pretensão, uns são estereis, outros vexatorios, odiosos, iniquos, intoleraveis, arruinadores.

A arithmetica da empresa não é mais segura (para o Thesouro) do que as suas convicções economicas. Assim os trabalhos do Thesouro comprovam, quanto a uma das partes do triplice projecto, o enxugamento do sub-solo, que o Estado, si recorresse ao credito, mediante uma emissão nas condições mais desfavoraveis, poderia satisfazer ao plano apresentado com o sacrificio apenas de 15.280:000\$, quando os peticionarios exigem 23.310:000\$; o que envolve, para a Fazenda, só neste topico, uma lesão de 8.030:000\$000.

No calcamento estanque, de per si só, embolsaria a empresa em cinco annos, 10.850:000\$ de lucro liquido, sobre um desembolso effectivo de 20.150:000\$000. Por outro lado, no escoamento do sub-solo, durante o mesmo lapso de tempo, os juros cobertos pela garantia do Thesouro ascenderiam a 12,6% annuaes. Taes vantagens ultrapassam evidentemente os limites da especulação permittida.

A troca desses favores, entretanto, as compensações offerecidas pela empresa são mais artificiosas do que reaes; porque, si, no tocante ao saneamento, ficaríamos, na opinião dos competentes, longe do fim a que se aspira, não se justifica melhor o projecto, como exuberantemente nos prova o parecer fiscal, no que respeita aos outros melhoramentos indicados: arrazamento de morros, construcção de docas, viação urbana, construcção de villas operarias, dragagem, melhoramentos e balisamento do porto, estabelecimento de uma estação marítima na Estrada de Ferro Central.

Com a formidavel concessão de que se trata, obrigar-se-hia o Thesouro ao juro de 6% e á amortização de 1/2% annuaes sobre o capital de 240.000:000\$, divididos assim:

Secção H. de Gouvêa.....	40.000:000\$000
Secção Americo de Castro.....	200.000:000\$000
o que corresponde ao onus annual de..	2.800:000\$000
Mais.....	13.000:000\$000
	<hr/>
	15.800:000\$000

Ora, pela cuidadosa demonstração feita no Thesouro se manifesta que os recursos suggeridos, para contrabalançar esse dispendio ou occorrer a elle, mui diminuta receita produziriam.

Verdade é que, para esse effeito, entra em primeira linha nos calculos da empresa, o rendimento das companhias de carris, cuja absorpção o projecto pretende. E nesse intuito solicita a faculdade de compral-as por conta do capital garantido, armando-se, para assegurar a transacção, com o direito, que tambem requer, da reversão dellas em seu proveito no termo do prazo dos contractos actuaes: Duplo attentado contra as prerogativas da municipalidade e a sua fazenda, que expoliariamos de uma renda certa e ampla, canalizada assim para a bolsa de uma especulação particular.

Realmente, si nessa fonte de receita ha meios bastantes para custear o saneamento e aformoseamento da capital, não se comprehende que, em vez de confial-o á municipalidade, a quem esses recursos naturalmente pertencem, fossemos desviar-os para as mãos de uma empresa mercantil, a qual teriamos de pagar, por força, além da importancia real de taes melhoramentos, os beneficios do opulento syndicato constituido para exploral-os. Si esses redditos não bastam, e carecem com-

pletados pela criação de novos impostos, não se concebe que os estabelecessemos em proveito de uma industria particular, em vez de lançal-os a bem do orçamento municipal. E, si, argumentando com o descrédito da antiga edilidade, pretendessem explicar por elle a anomalia de semelhante contrasenso, não seria difficil rebater a coarctada, mostrando o contraste perfeito entre os habitos da autoridade municipal no regimen extinto e a poderosa vitalidade, a moralidade activa, o robusto patriotismo que ella principia a desenvolver sob a atmosphera republicana.

Na expansão crescente dessa energia, a mim não resta duvida nenhuma de que o municipio, auxiliado talvez em modicas proporções pelo Estado, encontrará meios sufficientes para operar o saneamento, si o desembaraçarmos dos accrescimos de luxo, que, no plano da empresa, representam metade, pelo menos, do seu dispendio e a fonte mais copiosa dos seus extraordinarios lucros. Mas, engrossado como está esse plano com o vasto e custossissimo systema de ornamentação que o doira, só um abundante jorro de dinheiro, injectado nas veias da empresa pelo Thesouro, sob a fôrma da garantia de juro, poderá conduzir-nos ao desideratum, com que os peticionarios nos acenam.

Dizem-nos os pretendentes que essa garantia será puramente nominal. Mas contra isso protestam concludentemente os calculos positivos do Thesouro, a que os da empresa não oppoem sinão combinações empiricas e algarismos de boa vontade. E não ha quem ignore o optimismo proverbial, a esse respeito, dos aspirantes á boa sombra do orçamento. Todas as garantias de juro são nominaes, a crermos na avaliação dos interessados em obtel-as.

Demos, porém, de barato, por momentos, que esta o seja. Ainda assim, seria perigosa e funesta. Uma garantia de juros pesa sempre sobre o credito, ainda quando não pese sobre o orçamento. E esta é tal, tão inaudita, tão monstruosa, tão desproporcionada ao fim, tão fabulosa, si a compararmos á estreita extensão de territorio que ella tem de beneficiar e ás necessidades de todo o paiz medidas por essa craveira gigantesca, que, ainda quando um real se nos não desviasse do Thesouro por esse compromisso, incalculavel seria sempre a somma de prejuizos occasionados pela repercussão d'elle na reputação financeira do governo republicano.

Uma garantia sobre duzentos e quarenta mil contos para o saneamento de uma cidade seria arrojo tão desmesurado, phenomeno tão pasmoso na historia da protecção do Estado a empresas particulares, que os simples algarismos dessa quantia bastariam, para assombrar e, espavorir o capital estrangeiro, notavelmente inclinado agora a demandar emprego no Brazil. Os capitalistas europeus entrariam, com razão, a desconfiar do sizo da administração publica, num paiz, que, em qualquer tempo, quanto mais nos dias immediatos a uma revolução e num periodo de reconstrucção das suas finanças, se abalançasse a afflançar despezas, como essa, de uma magnificencia verdadeiramente nacional, de uma habilidade realmente phantastica, a uma só empresa para transformar apenas a sua metropole. Perguntariam a que sommas inacessiveis ao calculo não seria preciso levar as garantias de juro, para acudir ás necessidades do nosso desenvolvimento na immensa área de um paiz da extensão deste, a pedir por toda a parte povoamento, colonização, estradas, trabalho, capital. E, como onde tudo se garante, nada está garantido, essa garantia imprevidente e perdularia não só impossibilitaria outras garantias futuras, correspondentes a necessidades impreteriveis, quaes as da viação nacional, como deixaria abaladas as garantias existentes.

Mas, ainda fechando os olhos á perspectiva de taes e de outras questões, qual a qual mais grave; suscita este pro-

Primeiramente, tem o Governo Federal o direito de, qd esse mesma mão com que acaba de dar aos Estados Unidos do Brazil a carta da descentralisação federativa, assumir a responsabilidade desta absorpção, que a monarchia não causou em proporções muito menores, de todas as forças do paiz, nos interesses da

sua capital, ainda que esse beneficio seja nacional até certo ponto? Estarão os Estados dispostos a subscrever este acto de renunciação de tamanha parte da sua substancia em vantagem do Rio de Janeiro?

Não são meramente locais, por certo, as conveniencias empenhadas nesta questão. O paiz, em geral, lucra, sem duvida, com a boa reputação da sua capital no estrangeiro. Mas, por mais consideravel que seja esta face politica do assumpto, ella não destrêe o caracter predominantemente municipal do problema, a supremacia do principio local nos elementos que o compõem. Agera mesmo, na Constituição, que acabamos de promulgar, o art. 34, depois de taxar os casos de intervenção do Governo Federal na economia das localidades, acrescenta: « Quaesquer outras despezas de caracter local, na capital da Republica, incumbem exclusivamente á autoridade municipal. » Com que direito, pois, avocaria o Governo Federal a si a solução absoluta desta questão, eliminando a iniciativa, a responsabilidade, a autoridade do municipio?

Depois, estamos, por assim dizer, ás vésperas da reunião do Congresso Nacional. Si o projecto é esse plano de salvação publica, que os interessados inculcam, não será possível que a consciencia do paiz lhe desconheça a necessidade; e, si a desconhecer, não é a nós que poderia assistir a competencia, para lhe impor a submissão aos seus proprios interesses. Nunca reuamós ante nenhuma responsabilidade, que o bem publico nos dictasse. Mas seria desatino assumir, em assumpto entreguo á controversia e ás duvidas mais graves, um compromisso, como este, capaz de abalar profundamente a situação financeira do paiz, e condemnar á animadversão delle a dictadura que o subscrevesse.

Essa concessão seria um desastre para o Thesouro, para o credito nacional, para o governo republicano.

Voto peremptoriamente contra ella, com a mesma convicção com que votarei pelo saneamento da cidade, pelo estudo e pela solução deste problema; contanto que esse estudo se faça scientifica e essa solução se dê legitimamente, fóra da região de interesses, que não se podem confundir com os da saúde do povo.

RUY BARBOSA.

Sr. Ministro do Interior.

PARECER DA DIRECTORIA DE CONTABILIDADE

Tres são os propostas que foram entregues a meu exame, e que estudei com o maior cuidado, tratando-se de assumpto tão interessante, como é o saneamento da Capital Federal.

Dessas tres propostas darei uma succinta analyse, afim de fundamentar minha opinião.

Principiarei pelas duas assignadas pelos Srs. Drs. Hilario de Gouvêa e Lima Castro, para o dessecamento do solo e sub-solo e o calçamento estânque da cidade do Rio de Janeiro.

Quando ao prmeiro melhoramento orçam as despezas em 9.000.000\$000 e a conservação annual em 170.000\$000

O Thesour tem de pagar annualmente e por espaço de cincoenta annos:

Juros e amortização do capital empregado nas obras.....	630.000\$000
Custeio da conservação.....	170.000\$000
	<hr/>
	800.000\$000

excepção, feita das despezas que provierem de obras accrescidas caso o governo pretenda alargar a rede dos collectores.

Quando ao segundo:

Orçam as obras em.....	31.000.000\$000
a conservação em.....	310.000\$000

Thesouro comprometter-se-ha a satisfazer annualmente, e arante o prazo de cincoenta annos:

Juros e amortização.....	2.170.000\$000
Custeio da conservação.....	310.000\$000
	<hr/>
	2.480.000\$000

salvo o que se gastar com o calçamento de ruas novas ou alargadas, e a reconstrução de calçamentos já feitos.

A despeza annual dos dous melhoramentos será, portanto, de 3.280.000\$, a saber:

Juros e amortização.....	2.900.000\$000
Custeio da conservação.....	480.000\$000

Os juros do capital empregado subirão de 6%. Para acudir áquelles gastos lembram e orçam os proponentes os seguintes impostos:

— 50 réis por metro quadrado occupado ou não com edificações na zona abrangida pela projectada rede de drainagem.....	1.000.000\$000
— 25 réis por metro quadrado occupado ou não com edificações nos morros dentro da zona urbana.....	500.000\$000
— 1\$ por metro corrente de frente edificada ou não sobre as ruas e praças calçadas.....	200.000\$000
— 5\$ e 25\$ por vehiculo de praça ou particulares para transporte de cargas e passageiros, á mão, animal ou vapor.....	225.000\$000
— 15 réis por tonelada de arqueação de cada navio ou vapor mercante de longo curso, que entre no porto do Rio de Janeiro.....	27.000\$000
— 1 % adicional sobre o valor official das mercadorias importadas e despachadas na alfandega.....	1.300.000\$000
— 5 % additionaes ao imposto de industrias e profissões.....	90.000\$000
	<hr/>
	3.342.000\$000

Occupar-me-hei agora da proposta do Sr. Dr. Americo de Castro.

A empreza realizará os seguintes melhoramentos:

- Arrasar os morros do Castêllo, Santo Antonio e Senado;
- Aterrar pantanos e accrescidos;
- Construir caes, docas e uma rede completa de viação urbana;
- Edificar trapiches, armazens, villas operarias e mercados;
- Abrir, alargar, prolongar e arborisar ruas;
- Conservar florestas e mangaes, dragar, balisar e melhorar o porto;
- Regularisar o leito, margens e curso dos rios e regatos, e prolongar até o mar o canal do Mangue;
- Ficar-lhe-ha pertencendo a área adquirida com o aterro das praias e arrasamento dos morros. Dessa área, porém, cederá ao governo a parte necessaria á construcção de uma estação maritima para a Estrada de Ferro Central e de uma alfandega e dependencias;
- Reverter-lhe-ha o privilegio dos carris urbanos, findos os prazos das actuaes concessões.

O governo conferir-lhe-ha:

- 1º, autorização para comprar com uma parte do capital garantido, si assim convier, o privilegio e material das actuaes linhas de carris urbanos;
- 2º, o direito de desapropriação por utilidade publica;
- 3º, a isenção de direitos de importação por todo o material destinado a obras e melhoramentos;
- 4º, a garantia, por espaço de sessenta e seis annos, de 6 1/2 % annuaes do capital, que póde attingir a 150.000.000\$000.

O Thesouro pagará esses 6 1/2 % aos accionistas e aos portadores de debentures, e construirá por sua conta uma estação maritima e uma nova alfandega, com as precisas dependencias.

Para fazer face a essa despeza receberá.

As rendas provenientes dos melhoramentos projectados, incluida a dos carris urbanos, que forem comprados;

Os impostos que se julgarem necessarios e convenientes.

O producto da venda dos terrenos adquiridos com o aterro das praias e arrasamento dos morros a empreza reserva para a execução de novos melhoramentos e para auxiliar a amortização do capital.

Entende o proponente que a garantia só se tornará effectiva pela metade do capital (80.000.000\$), devendo as obras ser divididas em duas secções, e ficando, como se acaba de ver, uma parte da renda destinada ao resgate de debentures ou acções.

Acceptando-se para a base do calculo aquelles 80.000.000\$, achar-se-ha que os 6 1/2 % pagaveis annualmente pelo Thesouro importarão em 5.200.000\$000.

A essa quantia tem de accrescer a que se despendem com as obras da nova estação e da nova alfandega.

No « Plano Financeiro », que o proponente appensa á sua exposição, lembra para a compensação daquelle desembolso a seguinte receita:

Renda dos carris urbanos.....	2.376.000\$000
» » trapiches, etc.....	1.000.000\$000
2.000 réis por tonelada de carga importada ou exportada.....	1.500.000\$000
2 % sobre a importação.....	2.669.000\$000
1 % sobre a exportação.....	957.000\$000
	<hr/>
	8.502.000\$000

Reunidos os algarismos da tres propostas, ter-se-ha :

Importancia abonavel pelo Thesouro, calculando-se apenas a metade da garantia da proposta do Sr. Dr. Americo de Castro, e deixando-se de mencionar, pela impossibilidade de orçar, a quantia a despende-se com a nova alfandega e a nova estação marítima..... 8.480:000\$000

para cuja indemnisação se lembra e avalia a seguinte receita :

Imposto territorial.....	1.700:000\$000
» de tonelagem ou ancoragem.....	27:000\$000
5 % addiconaes ao imposto de industrias e pro-fissões.....	90:000\$000
2\$ por tonelada de carga importada e expor-tada.....	1.500:000\$000
Imposto sobre vehiculos.....	225:000\$000
3 % sobre a importação.....	3.969:000\$000
1 % sobre a exportação.....	957:000\$000
Renda dos carris urbanos.....	2.376:000\$000
» » trapiches, etc.....	1.000:000\$000
	<hr/>
	11.844:000\$000

que um dos proponentes considera susceptivel de augmento, at-tendendo-se ao que de decennio em decennio tem tido a renda publica.

Em presença de taes algarismos, parece que as empresas pro-duzirão o melhor resultad), sendo :

despeza de.....	8.480:000\$000
a receita de.....	11.844:000\$000

Mas a duvida paira-me no espirito.

A garantia pôde exceder dos 80.000:000\$ antes da reali-zação da venda da grande extensão de terrenos de que ha de dispôr a empresa projectada pelo Sr. Dr. Americo de Castro ; e, sendo assim, a despeza do Thesouro sobrepujará a ava-liação.

E, demais, alguns dos itens de receita não são recommen-daveis, e o seu producto não pôde, não deve chegar aos alga-rismos da estimativa.

O imposto territorial é de difficilima arrecadação, por falta do cadastro. O parcellamento dos bens de raiz é um dos trabalhos mais complicados e demorados que pôde ter a administração de fazenda. A lei n. 2940 de 31 de outubro de 1879, no art. 18, n. 10, autorizou a cobrança de 20 réis por metro quadrado de terrenos não edificados na cidade do Rio de Janeiro, e, em razão das contrariedades que appareceram, o art. 10 da lei n. 3018 de 5 de novembro de 1880 teve de revogar aquella disposição, depois de haver o Thesouro despendido não pequena somma em medições. Aceito esse imposto com as taxas de 25, 50 e 1\$, e sob as condições indicadas na proposta, ficará o Thesouro desfalcado de parte do adeantamento que fizer, e gastará muito de sua renda para organizar um lançamento, já não digo cor-recto, mas approximado da verdade.

Os 2\$ por tonelada de carga importada e exportada, um adicional ao imposto de doca, serão cobrados só depois que o governo tiver feito levantar a nova alfandega e a nova estação marítima. As respectivas obras só terão principio depois de concluidos os aterros que a empresa propõe fazer. A renda tornar-se-ha, conseguintemente, tardia.

O imposto sobre vehiculos, outro adicional, não será rece-bivel antes de acabado o calçamento estanque ; o governo não pôde, pois, confiar nelle sinão muitos annos depois de começar o pagamento da annuidade á empresa.

Não sei si as mercadorias importadas poderão soffrer ainda 3 % de direitos, já augmentados com addiconaes, e sujeitas ao pagamento de 20 % em ouro. Esses direitos não serão pagos somente pela cidade do Rio de Janeiro, mas pelos Estados que suprem-se no nosso grande mercado, e que, para evitarem o acrescimo no preço, procurarão outros fornecedores. A nova imposição, depois de levantar grandes clamores, terá de dimi-nuir, porquanto a taxa elevada, como é, convidará o importador a dirigir sua fazenda a outro porto, o de Santos, por exemplo, e a trazer-a pela Estrada de Ferro á Capital.

Ha tendencia geral para alliviar-se a exportação de impostos, affin de que os productos do paiz possam concorrer com os pro-ductos colonias de outras nações. O Estado já propoz abrir mão de parte de sua renda para favorecer em mercado estrangeiro um dos productos de sua industria ; propala-se que uma das muitas concessões que fará a Constituição será a da extincção dos direitos de exportação, dentro de cinco annos ; como, pois, aceitar esse 1 % lembrado pelo Sr. Dr. Americo de Castro ?

A renda dos trapiches e dôcas será demorada na cobrança ; o proponente calcula que as obras da primeira secção, em que se acham comprehendidas as do cães, dôcas e armazens se concluem em oito annos.

O Thesouro tem, portanto, de ficar por muito tempo a desco-berto da despeza que effectuar.

Entretanto, os encargos que pesam sobre elle tem crescido, como se sabe.

A sua receita não tem tido melhoramento correspondente. Não ha conveniencia em tentar o credito nem no interior, nem no exterior.

E, se não se procurar poupal-o, o Thesouro pôde achar-se não muito longe, em embaraços serios.

E', pois, com o maior pezar, porque sou fluminense e desço ardentemente o melhoramento da cidade em que nasci, e que, por suas más condições hygienicas, se está atrasando, que peço venia ao governo para lembrar a conveniencia de adiar por alguns mezes os contractos das grandiosas obras de que tratam as in-clusas propostas.

Approxima-se o momento em que se tem de reunir o Poder Legislativo ; nessa occasião devem ser separadas a receita e a despeza dos Estados e equilibrados os orçamentos : então appa-recerá a melhor oportunidade para darem-se ao governo os recursos necessarios ao saneamento da Capital Federal.

No intervallo, os proponentes juntarão os esclarecimentos que ainda lhes faltam, e offerecerão ao estudo do congresso um tra-balho tão completo quanto é de esperar de suas luzes e patrio-tismo.

Essa é minha humilde opinião ; si, porém, eu estiver em erro, si o governo em sua sabedoria entender que desde já podem ser assignados os contractos, creando impostos e tão avultadas des-pezas, será de bom conselho rever-se o orçamento apresentado pelos proponentes ; porque, com toda a certeza, a garantia não será nominal.

Directoria Geral da Contabilidade, 16 de junho de 1890.

Barão do Rosario.

PARECER DA DIRECTORIA DE RENDAS

E' assumpto dos inclusos papeis o saneamento da Capital Fe-deral.

Propoem-se a fazel-o :

Os Drs. Hilario Soares de Gouvêa e João da Costa Lima e Castro e

O Dr. Americo de Castro.

Os primeiros apresentam duas propostas, porque dividem o serviço em duas partes : primeira—enxugamento do sub-solo ; segunda—calçamento estanque das ruas e praças.

O memorial anexo, sob o n. 1, mostra quaes as obras que emprehendem quanto á primeira parte ; a proposta annexa, sob o n. 2, quanto á segunda.

O ultimo apresenta uma só proposta e uma ligeira noticia sobre o plano de melhoramentos e saneamento.

Para facilidade do exame tratarei em primeiro logar das pro-postas daquelles, e em segundo logar da deste.

Pondo de parte a incontestavel utilidade do serviço, franca-mente reconhecida, assumpto que em toda parte prende a atten-ção e tem merecido a do actual governo, occupar-me-hei tão somente do que concerne a pretensões da empresa e onus do Thesouro, porque é preciso examinar si a vantagem que se pede corresponde ao resultado a obter-se e aos sacrificios a faze-rem-se.

Consignarei, desde já, que o presente trabalho só pôde apro-veitar como base futura ; porquanto, no seu intuito cardeal, quer os projectos dos Drs. Hilario de Gouvêa e Lima e Castro, quer o do Dr. Americo de Castro, estão condemnados pelo se-guinte periodo do parecer a fls. 2 :

« Deante de questão tão complexa (saneamento da Capital Fe-deral), a commissão reconhece que nenhum dos projectos resolve rigorosamente o problema mais urgente do saneamento da cidade.»

Proposta dos Drs. Hilario de Gouvêa e Lima e Castro

PRIMEIRA PARTE

ENXUGAMENTO DO SUB-SOLO

A despeza com as obras necessarias para o enxugamento do sub-solo são orçadas em 9.000:000\$, e as de custeio em 170:000\$ annuaes.

A primeira importancia será indemnizada pelo pagamento an-nual de 630:000\$ e, consequentemente, em 50 annos, duração da empresa, ter-se-ha pago a de 31.500:000\$000.

A segunda, em igual tempo, importará em 8.500:000\$000.

Perfazem, uma e outra, nos 50 annos, a somma de 40.000:000\$000.

E' certo tratar-se de um serviço de utilidade publica, para o qual todos devem esforçar-se ; mas, si por um lado contribue-se para obter-se o melhoramento, contribue-se, por outro, para os emprezarios que adiantam seus capitães, recebendo o juro sem despeza alguma.

Veja-se:

Ao passo que a empresa vai pagar-se do juro de 7% sobre o capital de 9.000.000\$ ou 630.000\$ annuaes, esse capital não é o empregado integralmente, porque no orçamento inclue-se:

beneficio da empreza, 10%.....	748:443\$600
encargos da organização da companhia, 10%.....	748:443\$600
directão das obras.....	338:838\$000
o que dá.....	1.835:725\$200
quantia que, comparada com o capital.....	9.000:000\$000
deixa para capital real.....	7.164:274\$800

Em taes condições convirá antes, tendo o Governo de fazer o sacrificio da despesa, levantar por administração a obra, o que lhe trará com corteza a vantagem de 1.496:887\$200 pelo menos.

A lançar-se mão do credito para esse fim, si não julgar-se de bom aviso demorar algum tempo, expediente mais prompto a emissão de apolices.

Effectuada esta operação, na importancia de 8.000:000\$ em más condições, a 94%, juro de 5%, liquidar-se-hia a quantia de 7.520:000\$, sufficiente para a obra, como se vê.

Em 37 annos o seu serviço daria a seguinte despesa:

Prejuizo da emissão.....	480:000\$000
juros, 400:000\$, annualmente.....	14.800:000\$000
ou.....	15.280:000\$000
A aceitar-se a proposta, receberia a empreza, em 37 annos — 630:000\$ annuaes.....	23.310:000\$000
resultando uma differença para mais de....	8.030:000\$000

differença que comportaria o capital levantado e, por este meio, economisar-se-hia ainda o juro de 13 annos, na importancia de 8.190:000\$000.

No interesse da acceitação da sua proposta, lembram a criação de um imposto, ou adicional ao predial ou sobre a superficie de terreno que cada um possui.

E' questão muito seria saber si convem, para occorrer aos encargos das obras, a fixação de uma contribuição adicional ao imposto predial, existindo já o da *peña d'agua*, que acompanha-o, autorizado pela lei n. 2639, de 22 de setembro de 1875, cujo regulamento foi approved pelo decreto n. 8775, de 25 de novembro de 1882, só arrecadavel quando o predio não estiver desoccupado por mais de seis mezes, caso em que é dispensado pelo tempo de desoccupação.

O imposto territorial acompanhando em terceiro logar a propriedade immovel edificada, torna mais pesado o imposto da renda e diminuirá os recursos do proprietario.

Augmentado de 50% o imposto predial, as taxas elevar-se-hão a 18% no minimo e a 33% no maximo, contribuindo, assim, para desanimar as novas construcções.

Incidindo o imposto territorial sobre a propriedade immovel não edificada como na que o é, desobedece ao 1º principio economico da imposição — a *proporcionalidade* — porque « desde que se pule ao que tem menos forcas tanto quanto ao que as tem mais provoca-se um desequilibrio — injustiça senão iniquidade, podendo, aliás, pela má vontade que encontraria, trazer perturbacões, principalmente em uma epocha de reorganização profunda, radical, como a actual, e em que tudo pode ser motivo para especuladoras intenções e condemnaveis comparações. E depois, sua ininterruptão fal-o-ha trazer a comparação com o baseado na renda da propriedade productiva — o predial —, somente arrecadavel quando o predio não achar-se desoccupado por tres ou mais mezes consecutivos e completos — Regul. de 18 de outubro de 1878, art. 15.

Nas condições em que nos achamos, para tributar a propriedade territorial quanto tempo gastaria o lançamento, ao menos approximado, em uma extensão não pequena, pouco registrada e por isto difficil de conhecerem-se os proprietarios?

E emquanto não houvesse lançamento, que recursos empregar para compensar os não auferidos desta renda?

Muita reflexão deve haver para harmonisar-a com as existentes no interesse da proporcionalidade e da justiça.

Em 1885 foi um dos artigos do relatório do Ministerio da Fazenda e do Poder Legislativo não julgou-a então oportuna.

O Governo não deve crear o imposto e desta sorte o Estado não fica sobrecarregado e sim se faz indemnizar pelos immediatamente interessados o que tiver de pagar a empreza — dizem os proponentes.

Mas o Estado é « um corpo politico, cuja cabeça é o governo; vive e subsiste com as contribuições da communhão, de que é inseparavel; seus recursos vêm da sociedade que os aproveita, de que é um todo organizado ».

« A quota parte dos recursos individuaes postos á disposição do poder social — Clamageran; os encargos lançados aos cidadãos para occorrerem ás despesas da vida commum ou social — Da loz; a porção dos bens particulares que o governo applica á satisfação dos desejos ou necessidades do corpo social, por autorização deste — J. B. Say »; o imposto, emfim, não é acto

de uma entidade de vida propria — o governo; mas o resultado de uma acceitação da população. E dahi est. elegerem as constituições que o imposto seja decretado pela representação nacional, a reunião dos cidadãos escolhidos para directamente consultarem e zelarem os interesses de todos; dahi a desobediencia ás vezes activa ao imposto — opposição á sua acceitação; facto de que é exemplo mais recente entre nós o movimento de 1 de janeiro de 1880 contra o imposto de 20 réis, desde logo não pago e abolido sómente pela lei n. 3018, de 5 de novembro do mesmo anno, art. 8º.

A proposição dos proponentes — impor o governo para não sobrecarregar o Estado — é um erro largamente ridicularizado pelo grande Bastiat na sua brochura *L'Etat*.

A minuta do contracto estatue:

I... prazo de 50 annos para a conservação das obras e o serviço de sucção;

II. começo das obras dentro do prazo de dezoito mezes da data da assignatura do contracto, pena de rescisão, e conclusão dentro do prazo de cinco annos contados daquella mesma data e multa de 5:000\$ por mez de demora;

XVIII o contractante ou a empreza que organizar receberá... a quantia annual de oitocentos contos de réis (630:000\$ juros de 7% sobre o capital de 9.000:000\$ e 170:000\$ despesas de conservação) paga em prestação trimensaes, a contar:

§ 1º, do dia em que forem encetados os trabalhos de construcção.

E, portanto, receberá trimestralmente 200:000\$000. Sendo de cinco annos o prazo para a conclusão das obras, dada esta terá recebido 4.000:000\$, restando o capital de 5.000:000\$ a render annualmente 630:000\$, o que corresponde á taxa de 12,6%, renda liquida, porque o governo pagará as despesas do custeio na importancia estimada de 170:000\$, em que se include a de 24:000\$ para remuneração da gerencia.

Ora um contracto nestas condições excede aos termos ordinarios do lucro.

Antes de passar á 2ª parte devo fazer uma ligeira consideração.

Na designação das obras e respectivo orçamento os *collectores* de 1ª ordem ficaram a 99\$140 por metro, entrando no orçamento a 100\$000 ou mais 860 réis por metro; os de 2ª ordem ficaram a 72\$815 por metro, entrando no orçamento a 73\$000 ou mais 185 réis por metro; os de 3ª ordem ficaram a 49\$884 por metro, entrando no orçamento a 50\$000 ou mais 116 réis por metro; cada cisterna ficou com o valor de 53:652\$485, entrando no orçamento por 54:000\$ ou mais 347\$515 cada uma; cada estação ficou por 70:350\$, entrando no orçamento por 70:000\$ ou menos 350\$ cada uma.

Tomadas essas differenças, teremos:		
33.290 metros de <i>collectores</i> de 1ª ordem,	\$860	28:629\$400
23.120 » » » » 2ª » ,	\$185	4:277\$200
28.240 » » » » 3ª » ,	\$116	3:275\$840
2 cisternas.....	347\$515	695\$030
		36:877\$470

Deduzindo-se a differença em duas estações... 700\$000

haverá no orçamento um augmento de..... 36:177\$470

Calculando-se sobre esta importancia:

directão.....	5%.....	
eventuaes.....	5%.....	
beneficio da empreza 10%.....		
encargos de organização 10% ou 30%.....		10:853\$241
Tomando-se a differença sobre o total do orçamento — 9.000:000\$ e a importancia orçada — 8.981:323\$200, acha-se para mais.....		18:676\$800

Portanto uma differença a maior de 65:707\$511, cujos juros, quando aceita a proposta com o capital de 9.000:000\$ e a 7% ao anno, importariam, nos 50 annos do contracto, em 229:976\$288, despesa de um capital imaginario.

Penso, em conclusão, que 1ª parte da proposta é inaceitavel, tanto porque o projecto não resolve rigorosamente o problema mais urgente do saneamento da cidade — parecer fls. 2 —, como porque da acceitação resultaria prejuizo para os cofres publicos, o que mostrei em mais de um logar.

SEGUNDA PARTE

CALÇAMENTO ESTANQUE DAS RUAS E PRAÇAS

Esta medida está collocada em 4º logar pelo parecer de fls. 2. Não cabe-me apreciar a classificação e, desde que os autores do parecer reconhecem que o projecto não resolve rigorosamente o problema mais urgente do saneamento da cidade, eu podia considerar-me dispensado de ponderações sobre esta parte da proposta, que já está condemnada por isso.

Mas, porque devo examinal-a, o farei no interesse de conhecer quaes os recursos que exige do governo e si consulta os interesses da Fazenda, sem sacrificar-os.

Em principio — dizem os proponentes — a medida da utilidade junta-se á da belleza do calçamento:

« Além disso um bom calçamento contribuirá poderosamente para melhorar o conforto a que tem direito a uma grande bonu-

ção qual a desta capital, e virá tirar a esta cidade o aspecto repugnante que apresentam as suas ruas e praças hoje mal calçadas ».

Direi, já, como parenthesis, que ou bem belleza do calçamento, conforto e luxo, ou bem a utilidade urgente pedida, como se affirma.

Si nos detalhes do projecto ou orçamento contemplou-se a belleza da obra, não foi acertado juizo querer para ella obrigar os recursos da Republica, que não devem ser applicados ao superfluo em hypothese alguma, muito menos quando não são abundantes.

Trata-se de um serviço a cargo da Intendencia Municipal.

Tem sido obrigado ás companhias de bonds nas ruas de seu trafego e merece bem cabida censura ter-se consentido que ellas o fizessem e continuem a fazer tão notavelmente máo que « não resisto á analyse quando mesmo considerado de modo perfunctorio e ligeiro, não está de accordo com o que preceitua a hygiene moderna, não deixa de influir sobre o desenvolvimento e propagação das molestias encaradas de uma maneira geral ».

Assim que, si a Inspectoria de Hygiene houvesse curado desta população, não teria consentido que se estabelecesse semelhante agente do desenvolvimento e propagação de molestias. Não sou eu quem levanta a censura, cuja responsabilidade assumem os profissionais signatarios da proposta e respectiva memoria.

Si na factura do actual calçamento fivesse havido fiscalização, a grande somma despendida seria desde logo applicada no interesse da salubridade da cidade, cujo estado sanitario não encontraria nelle a sua sede de perturbações.

Nem é por indução que isto digo, está claramente escripto no requerimento de 8 de abril do anno corrente.

Quanto á forma do calçamento, corre á responsabilidade dos respectivos engenheiros e fiscaes :

Da accumulção de lama, do empocamento do lixo em prejuizo da saude publica, tem responsabilidade aquella Junta e os fiscaes da limpeza publica, serviço pago de modo a satisfazer os intuitos do seu contracto.

Tudo quanto se diz origina-se pura e exclusivamente do pouco cuidado que tem havido no serviço da limpeza, e as causas provaveis viciadoras da atmosfera da falta de medidas energicas por parte da extincta Camara e da Intendencia Municipal.

A obra é orçada em 31.000:000\$, desprezada a fracção de 200\$, sendo : para beneficio 2.818:000 e administração 1.281:000\$ ou 4.099:000\$000.

A Republica não pagará a importancia da obra, mas o juro annual de 7% ou 2.170\$000, a contar do começo das obras que, para sua terminação, terão o prazo de cinco annos, o que equivale a receberem os proponentes 10.850:000\$ durante a construção que, ao concluir-se custará, por isso, a elles ou á companhia que organizar-se, não 31.000:000\$, mas 20.150:000\$, sendo assim a importancia annual de 2.170:000\$ percebida na razão de 10,769%, renda liquida, porque o serviço da conservação calculado em 310.000\$ será pago pelo governo, que terá a despesa certa de 2.480:000\$, concluída a obra, que, findos os cincoenta annos, prazo do contracto, estará em 124.000:000\$; sendo, de juros 108.500:000\$ e de conservação 15.500:000\$000.

Reconhecendo o estado pouco lisonjeiro do Thesouro, como na 1ª parte tambem nesta. offerecem, como recursos, a criação dos seguintes impostos :

50 réis por metro quadrado de terreno, occupado ou não com edificações, na zona abrangida pela projectada rede de drainagem, superficie estimada de 20.000.000 m².....	1.000:000\$000
25 réis por metro quadrado de terreno, nas mesmas condições, nos morros dentro da zona urbana, superficie estimada de 20.000.000 m².....	500:000\$000
1\$000 por metro corrente de frente edificado ou não, sobre as ruas e praças do calçamento estânque, extensão avaliada em 200.000 metros correntes.....	200:000\$000
5\$000 a 25\$000 por vehiculo de praça ou particular, para transporte de carga ou passageiro, á mão, animaes ou vapor, sobre trilhos, ou não, estimado o seu número em 15.000.....	225:000\$000
5% additionaes ao imposto de industrias e profissões, na Capital Federal, base de 1.800.000\$, renda do exercicio de 1889....	90:000\$000
15 réis por tonelada de arqueação de cada navio ou vapor mercante de longo curso, que entrar no porto do Rio de Janeiro, estimada a tonelagem em 1.800.000.....	27:000\$000
1% adicional sobre o valor official da importação effectuada pela Alfandega do Rio de Janeiro, base de 130.000:000\$000.....	1.300:000\$000
	<u>3.342:000\$000</u>

Sendo o serviço da importancia annual de.... 2.480:000\$000
 offerece-se um saldo de recursos de..... 862:000\$000
 que, utilizado no serviço da 1ª proposta, na importancia annual de..... 890:000\$000

ainda deixaria em margem..... 62:000\$000

Parece, á primeira vista, que esses Algarismos têm bastante eloquencia para determinar-se, desde logo, a acceitação de proposta; que longe de crearem-se encargos, onus, que exijam esforço e sacrificios para solvel-os, os recursos existem e a despesa se fará deixando uma sobra da receita para ella procurada.

Assim, porém, não é.

As considerações, que vou fazer, dão resultado contrario ao que se pretendeu apresentar como vencedor das difficuldades.

Contractando-se o serviço, a responsabilidade será real e antolhar-se-ão difficuldades quasi insuperaveis, porque daquelles impostos — uns, pouco ou nada produzirão, — outros converter-se-hão em vexame e — um outro já está applicado a trabalho autorizado.

Entram no 1º grupo os de 50 réis e 25 réis por metro quadrado e de 1\$000 por metro de frente de terreno não occupado por edificação; no 2º, os de 50 réis e 20 réis por metro quadrado e de 1\$000 por metro de frente de terreno, occupado com edificação, de 5\$ a 25\$000 por vehiculo, 5% /o additionaes ao imposto de industrias e profissões e 15 réis por tonelada de embarcação de longo curso; — no 3º, o adicional de 1% sobre a importação.

Na apreciação desta materia serei forçado a repetir muito do que já disse na 1ª parte, trabalho a que não posso furtar-me por amor da clareza que é preciso observar.

A criação de impostos directos, o augmento dos já existentes, é materia muito seria, que não cabe examinar-se em tão curto espaço.

Passarei por ella para tratar dos impostos lembrados.

O de 50 réis por metro quadrado de terreno occupado com edificações será um augmento do imposto predial que já é de 12% no minimo e 22% no maximo, sobre a renda do predio; do terreno não occupado com edificações, obriga a um lançamento, cuja exactidão tem os inconvenientes que já assignalei, quando na 1ª parte tratei do recurso do imposto territorial.

Conviria antes pensar na concessão de favores para aproveitar-se em construcções a grande extensão de terrenos, que representa não pequeno capital improductivo.

Emquanto procura-se diminuir o rigor do imposto sobre os predios, já dispensando-o durante a desoccupação, já durante a reparação ou reconstrução — Reg. de 18 de outubro de 1878, art. 15, tributar a propriedade que nada rende e que será productiva depois de trabalhada, e tributar-a em tanto quanto a que produz renda, é não attender á proporcionalidade o fazer levantarem-se serios clamores.

Esse imposto não é idêa nova e a sua difficil são impossivel arrecadação foi verificada pelo extincto poder legislativo que, pela lei n. 3018, de 5 de novembro de 1880, art. 10, revogou o art. 18, n. 10, da de n. 2940, de 31 de outubro do anno anterior, que estabeleceu a taxa de 20 réis por metro quadrado de terreno não edificado, isento então do imposto predial.

O de 25 réis por metro quadrado de terreno occupado com edificações nos morros é ainda mais afastado da proporcionalidade e da justiça, pois bem sabe-se que alli raro a propriedade territorial é bem reputada. A contribuição será recebida preventivamente, porque o serviço que determina-a não lhe aproveitará.

Sobem de ponto estas considerações quanto aos terrenos não occupados por edificações.

O de 1\$000 por metro de frente de terreno edificado, sobre as ruas que têm de receber calçamento estânque, além do imposto predial, do de penna d'agua, do adicional de 5% actualmente cobrado, do de igual taxa proposto na 1ª parte, do de 50 réis proposto nesta parte, é ainda um onus que viria affligir o proprietario e diminuir a já desanimada construção e ainda mais intoleravel para o contribuinte, cujo terreno nenhuma renda lhe dá.

O de 5\$000 a 25\$000 por vehiculo seria talvez razão, senão para desaparecer, para tornar caro esse meio de transporte.

Além do imposto de industrias e profissões, de que são isentos os carrinhos de mão, da contribuição municipal, teriam os seus donos de satisfazer aquelle imposto realmente pesadissimo.

Pela tabella A, mandada observar pelo decreto de 26 de dezembro do anno passado, o dono de carro de 4 rodas (tomo o mais contribuinte) paga 40\$000 por um e 80\$000 por mais de um, taxa fixa; o de uma carroça de 4 rodas, ou de mais de uma de 4 rodas, 40\$000, taxa fixa tambem, de parte a proporcional.

A contribuição proposta, maximo de 25\$000, sujeitaria o dono de um carro de 4 rodas a mais 62,5% e de dous carros tambem a 62,5%; 4 os carros o novo imposto seria de 100\$000 !!!

São pelo regulamento de 22 de fevereiro de 1888 contribuintes os alugadores somente; a proposta faz incidir o imposto sobre os vehiculos de praça ou particular.

Por aquelle regulamento o imposto pode ser diminuido e mesmo dispensado, havendo escassez de redditos — art. 36, a proposta impõe em absoluto.

O imposto não pesaria nos que, em correspondencia aos seus haveres, possuem carros; mas nos que desse meio de locomoção tiram a subsistencia.

Seria consequencia fatal, como já disse, a diminuição dessa commodidade e a exigencia de maior retribuição e talvez, o desaparecimento desse honesto trabalho.

A taxa de 5% adicional ao imposto de industrias e profissões seria tambem origem de ininterrompidas reclamações.

Ha pouco mais de dous annos foram promulgadas as tabellas annexas ao regulamento de 22 de fevêreiro de 1888, que augmentaram em pouco as taxas nesta capital e ainda hoje levantam-se representações.

O imposto de 1% adicional á importação em virtude do decreto n. 10.372 de 28 de setembro de 1889, já está reservado para outra applicação e por isso não pôde ser factor de recursos, como pretendem os proponentes.

Assim pois, ter-se-ha desde o primeiro dia das obras a certeza da despesa e, quando muito, a improbabilidade da receita.

Os recursos não de fazer-se em quaesquer condições e não serão os offerecidos pelos proponentes os que desde logo virão aguar-dar os vencimentos trimestraes.

Eu penso haver demonstrado que com esses impostos nada se conseguirá, porque o governo esforça-se para não vexar a sociedade.

Mas, quando decretados, concédendo-se muito, dous serão de diaria arrecadação—o de 15 réis sobre a tonelagem de navios e o de 1% adicional á importação, os demais por semestre.

Aquelles podem produzir, média mensal, 110:583\$333, trimestralmente 331:750\$, ao passo que, fazendo-se o contracto, terá o governo de entregar, neste ultimo periodico, 820:000\$, emquanto o serviço for um só.

Direi, ainda, que os proponentes não offerecem garantia para o seu contracto, ao menos não o dizem quer na minuta, quer nas suas petições, e é isto essencial, seja quem for o contractante.

Penso, pois, que é prejudicial a aceitação da proposta, tanto pelo lado dos recursos, como pelo lado das exigencias que fazem os proponentes, sem que, conforme a clausula geral, propuzessem a fiança ou caução.

O onus resultante do contracto é forte e o prazo para supportal-o de 50 annos, além de não remover-se de prompto a causa que é objecto das pretensões e com os serviços propostos não resolver-se o problema do saneamento.

Proposta do Dr. Americo de Castro

O seu projecto também não resolve o problema mais urgente do saneamento da cidade, conforme o parecer n. 2.

Examinemol-o, porém.

Divide-se em tres partes:

- 1ª trata dos melhoramentos, fonte de despeza;
- 2ª dos proventos que elle se reserva;
- 3ª dos recursos que fornecerão a receita.

Para o saneamento e melhoramento da Capital Federal propõe-se a tomar a si a execução das seguintes obras:

- 1ª arrazamento dos morros do Castello, do Santo Antonio, do Senado e outros;
- 2ª aterros de pantanos e acrecidos;
- 3ª construcção de caes, docas, trapiches e armazens alfandegados;
- 4ª abertura de novas ruas e avenidas, alargamento de grande parte das existentes;
- 5ª construcção de uma rede completa de viação de varios systemas;
- 6ª drenagem do sub-solo e construcção de grandes galerias que, além de servirem para esse fim, possam conter toda a rede de canalização de agua, materias feacas, gaz corrente, fios telegraphicos, etc. etc.
- 7ª arborização de toda a cidade;
- 8ª calçamento de toda a área beneficiada;
- 9ª conservação das mattas adjacentes á cidade e das mangues que contornam a bahia;
- 10ª construcção de villas operarias com todas as commodidades e melhoramentos modernos;
- 11ª dragagem, balisamento e outros melhoramentos do porto;
- 12ª alargamento, na antiga cidade, das ruas actuaes, constantes do seu projecto, ou das que se julgarem necessarias depois dos estudos definitivos;
- 13ª dar, nas áreas adquiridas sobre o mar, a parte necessaria á construcção de uma estação maritima para a Estrada de Ferro Central do Brazil e para a construcção de uma nova Alfandega.

Pretende os seguintes favores:

- 1º garantia de juros de 6% e 1/2% de amortização annual-te, sobre o capital máximo de 200.000:000\$000;
- 2º reversão para si das actuaes linhas de carris, findos os prazos das actuaes concessões;
- 3º direito de desapropriação por utilidade publica;
- 4º isenção de direitos de importação para o material destinado ás obras e aos melhoramentos projectados;
- 5º autorização para comprar, por conta do capital garantido, as actuaes linhas de carris de ferro, si assim convier;
- 6º executar as obras por si ou por uma empresa ou companhia que organizar;
- 7º propriedade sobre a área de terrenos resultantes do aterro das praias e arrazamento dos morros;

Os recursos serão os seguintes:

- 1º ronda dos melhoramentos projectados, inclusive a de carris de ferro, para occorrer ao serviço de juros e amortização do capital;
- 2º parte do producto da venda de terrenos adquiridos ao mar ou pelo arrazamento dos morros, destinada á amortização do capital, e a outra parte á execução de novos melhoramentos;
- 3º decretação, para occorrer ao serviço de juros e amortização do capital, dos seguintes impostos:
 - 2% sobre o valor da importação;
 - 1% sobre o valor da exportação;
 - 2\$000 por tonelada de mercadoria importada e exportada.

Embora ligeiro, o exame que fiz não me deixou impressão favoravel á proposta, cuja analyse, também ligeira, applica-tei a cada uma das suas partes, para mais facilidade.

A proposta actual é a ultima das submettidas á apreciação do governo pelo Dr. Americo de Castro.

Suggestiu-a o parecer da Inspectoria de Hygiene, de 14 de janeiro do corrente anno, inserto no *Diario Official* n. 32, de 2 de fevêreiro subsequente, documento em que o projecto anterior é qualificado de *omissão de detalhes sanitarios que na especie avultam, por se prender ao interesse maximo do problema; incompleto em relação dos detalhes e multiplos pontos que o saneamento desta cidade abrange.*

O projecto (anterior) continha esse documento, sendo o mais completo dos que existem para aformoseamento do Rio de Janeiro e elaborado com muito cuidado, possui contudo o defeito de não abranger em plano harmonico o saneamento de toda a cidade, deixando no statu quo zonas que devem ser melhoradas e mais que devem desaparecer para que os beneficios a auferir-se possam limitar a certas localidades, subsistindo em outras as condições primitivas de salubridade.

Tão franca e profunda analyse inutilizava o projecto e dahi o de 15 de março ultimo e dahi também o occupar-me somente deste e do que é consequencia.

Mas este ultimo projecto também não resolve rigorosamente o problema mais urgente do saneamento da cidade, parecer fls. 2.

Assim incompleto, não visando o fim mais util, senão o unico, não merece ser acceto.

Dos treze serviços, a que se propõe, somente seis entram no numero das medidas urgentes, indispensaveis e complementares do plano do saneamento da cidade, parecer fls. 2 v.

Os demais enfrentam o aformoseamento e preparam as bases dos lucros para a empresa que dos outros encarregar-se, fazem a maior e a mais pesada fonte de despeza e de compromissos, sem que de sua necessidade se tratasse.

O arrazamento dos morros do Santo Antonio e do Senado e, si não estou em erro, do Castello também, já foi concedido e no segundo proseguem os trabalhos.

O do morro de Santo Antonio é de muito recente concessão, pelo decreto n. 10.407, de 17 de outubro de 1889, com as modificações feitas pelo decreto de 11 do corrente mez, havendo-se assignado na Directoria Geral do Contencioso, em 6 de maio do presente anno, o contracto em substituição ao de 12 de abril antecedente, com a « Companhia de saneamento do Rio de Janeiro » representada pelos Srs. Arthur Sauer e tenente-coronel João Francisco Fróes da Cruz.

Ha remedio na compra das concessões, o que equivale a empregar-se desde logo um capital que, sendo por muito tempo improductivo, sobrecarregará o Thesouro da garantia de juros, e da quota de amortização quanto ao capital para obter a transferencia das concessões e ainda mais para as obras do arrazamento, cuja importancia não calcula o projecto, em que vejo ainda o inconveniente de trazer a um só o lucro, si houver, o esforço do levantamento dos capitales, quando pôde ser commettido a muitos com a vantagem da distribuição e da applicação da actividade.

A construcção de docas, trapiches e armazens alfandegados tanto está fora do plano do saneamento, como não é exigida pelos que podem utilizal-os.

Vê-se, ao contrario, que a companhia das docas não tem tido prosperidade de recursos; o governo tem escrupulos em satisfazer ás pretensões de alfandegamento e os armazens alfandegados, segundo é corrente, excedem ás necessidades do commercio; a Alfandega nos seus proprios tem recebido muitas vezes, para não tel-os vazios, mercadorias que aquelles podiam ser recolhidas.

De viação está a cidade regularmente servida e muitas são as pretensões para novas linhas.

Das villas operarias cuida a « Companhia de saneamento do Rio de Janeiro », que por estes dias lança os fundamentos da primeira.

A dragagem, melhoramentos e balisamento do porto, são serviços já providenciados pelo decreto n. 10.372, de 28 de setembro de 1889, expedido *ex-vi* do art. 7º, penultima parte, da lei n. 3314, de 16 de outubro de 1886, com as vantagens do termo naquella data assignado, sem haver-se concedido garantia de juros nem ter o governo tomado a menor responsabilidade.

A construcção de uma estação maritima para a Estrada de Ferro central do Brazil e de uma nova Alfandega, são obras prejudi-

ciões, de pura perda de capitães, desde que nada as exige; desde que a primeira, já em alto preço, satisfaz ao seu destino e a ultima, proprio nacional de grande valor, dispõe de seguras proporções e prepara ainda accommodações para o augmento que possa ter o commercio.

A construcção de identicos edificios importa a destruição dos actuaes, isto é, o prejuizo do seu valor e o resultante da obtenção de capitães, sempre onerosa, para essa construcção.

Quando os cofres da Republica regorgitassem de capitães applicaveis e nenhum compromisso ella tivesse, nem assim o projecto, nesta parte, seria viavel, porque accetá-lo seria um desperdicio sem commentarios.

Restam, pois, os serviços attinentes ao saneamento, os que não recommendam a proposta, assim porque não se diz o seu custo provavel, para serem estudados pelo lado dos recursos e compromissos, como porque a proposta não resolve rigorosamente o problema mais urgente do saneamento da cidade.

II

A garantia de juros na razão de 6 % annuaes e de amortização de $\frac{1}{2}$ %, também annual, sobre o capital de 200.000.000\$, obriga o Thesouro ao onus de 13.000.000\$ annuaes, quando as obras para o saneamento, segundo o projecto dos Drs. Hilario de Gouvêa e Lima e Castro, importarão em 40.000.000\$, sendo a contribuição annual, de garantia de juros e amortização, de 2.800.000.000\$.

Quando mesmo só fosse empregada a metade do capital, seria aquelles onus de 6.500.000\$, porque, como se verá adiante, os recursos propostos não são de facil realização, e a pequena receita, que viessem a dar, quando arrecadada já estaria absorvida pelos adiantamentos.

A reversão das linhas de carris, findo o prazo das actuaes concessões, não pôde ser objecto de compromisso do governo, porque trata-se de direito municipal.

Si o lucro que dahi vem é tão certo, como ao proponente parece, não deve o governo cedel-o a um particular ou empresa para applical-o, applique-o por seus agentes: abrir mão delle em favor e no interesse de terceiro será falta de previsão e economia.

Dado que fosse accetida a proposta, ter-se-hia nesse lucro um forte contribuinte para diminuir o peso dos compromissos.

O direito de desapropriação por utilidade publica deve ser usado com o maior cuidado, em casos que o justifiquem e não é destes o de aformoseamento.

Como o pretende o proponente, ia encontrar a maior parte de propriedades e provocar questões repetidas, pleitos longos, com prejuizos, é incontestavel, de uma crescida parte da população, sem levar-se em conta o odioso de reverter em favor de uma empresa que, em troca de poucos melhoramentos de necessidade publica inadiaveis, tornar-se-hia centro de monopolio e dominadora de mais de um ramo da actividade social, sómente para fim superfluo, como é o aformoseamento, emprehendido pelas grandes nações quando seus recursos excedem ás suas necessidades.

A autorização para comprar por conta do capital garantido as actuaes linhas de carris de ferro nenhum conveniencia aconselha, nem pôde aconselhar, desde que essa compra importaria um onus para o Thesouro, assente no pagamento de juros e amortização, um desbaratamento já da renda que, sem sacrificio algum, virá não tarde augmentar os recursos dos poderes que têm o dever de zelar pelo bem desta capital.

Os outros recursos pretendidos não trazem immediato prejuizo e por isso deixo-os de parte para não alongar-me muito.

III

A respeito dos recursos diz o proponente convir que a garantia de juros seja concedida de forma a não prejudicar as rendas do Estado e a não onerar o commercio e o povo com pesados impostos.

Para conseguil-o divide as obras em duas secções:

1ª na importancia de 100.000.000\$ arrazamento dos morros, aterros de pantanos, construcção de caes, docas, armazens alfandegados e abertura das principaes avenidas—a concluir-se em oito annos;

2ª em igual importancia—alargamento das ruas actuaes, com todos os melhoramentos indicados a concluir-se em dezesseis annos.

Desta divisão resultam duas vantagens, diz elle, uma para o commercio e para a grande população, outra para o governo.

Para o commercio e para a grande população—porque é necessario crear primeiro uma nova area e mais ou menos edifical-a para depois desalojar-os da velha cidade.

Para o governo—porque é necessario que a garantia, comquanto seja sobre o capital de 200.000.000\$, não se torne effectiva sobre mais de 10.000.000.000\$. Grande parte do capital de 200.000.000\$, em que estão orçadas as obras do saneamento da capital, terá de ser logo amortizado com a renda dos terrenos adquiridos, o que induz a contar com este producto, para levar a effeito a execução de muitos dos melhoramentos propostos.

Assim, pois, conclue, a garantia do governo será sobre o capital de 200.000.000\$ devendo finalmente tornar-se effectiva sómente sobre 100.000.000\$ mesmo antes de vendidos os terrenos adquiridos.

Eu, porém, não vejo essas vantagens.

O commercio terá prejuizo com a deslocação, com as despesas de nova arrumação; a população com as mudanças, a nova collocation, a procura de novas habitações, que não lhe serão impostas, porque não podem ser-lo.

O proponente não adquirirá facil e rapidamente os novos terrenos; o processo de desapropriação não corre tão apressado como lhe parece; não se trata de pequena extensão; mas de ruas inteiras e muitas; a discussão do processo, o odioso que previne, principalmente, são factores da demora e contrariedades, não por parte de um, mas de milhares de proprietarios.

Enquanto demole-se por um edifica-se por outro lado, é certo; mas a demolição é incomparavelmente mais rapida que a construcção e nem todos dispõem de recursos para esta.

O governo, entretanto, contrahida a obrigação do pagamento de juros e amortização, desde logo constitue-se devedor e, enquanto espera o producto dos terrenos, ha de occorrer áquelle pagamento.

Mesmo que esse producto não se demore, sua importancia será inferior á das desapropriações evidentemente e, portanto, o onus não desaparecerá.

E' indiscutivel o prejuizo.

Restam os impostos.

Não os quer novos, porque, por mais razoaveis que sejam, são sempre recebidos com má vontade por uma grande parte dos contribuintes; augmentem-se, porém, os existentes pagos pelo commercio.

Os de 2 % sobre o valor da importação e o de 1 % sobre o da exportação, autorizados pela lei n. 3314, de 16 de outubro de 1886, art. 7º, penultima parte, constituem um dos favores concedidos pelo Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em contracto de 28 de setembro de 1889, approved pelo decreto n. 10.372 da mesma data, contracto em que nenhuma obrigação pecuniaria assumiu o governo.

Não pôde mais proporcionar recursos.

O imposto de 2\$000 sobre tonelada de carga importada, ou exportada, é vexatorio e as razões do proponente não o justificam.

As embarcações ordinariamente atracam á Alfandega e muitas aos trapiches, conforme a natureza de sua carga.

Embora assim não seja, embora se torne cara a descarga, não tem ainda o governo reclamações a respeito; nem é assumpto de ordem publica que obrigue-o a ir enconral-o.

A Alfandega dispõe felizmente de boas accommodações e si mais são precisas não muito custarão, com a vantagem de melhorar-se um proprio nacional de subido valor.

Acredito que, si real o prejuizo de 13.000.000\$, ultimamente soffrido pelo commercio, originado da falta de prompta descarga, as queixas e as representações teriam apparecido.

Foi, pois, exaggeradissima a informação que prestarão ao proponente.

A renda dos trapiches converter-se-ha em monopolio; privará os que actualmente custeiam esses estabelecimentos dos recursos que hoje obtêm á custa de capitães não pequenos, ha muito empregados não resarcíveis pela desapropriação.

Conclue o Dr. Americo de Castro animado pelo desejo de confiar todos os serviços a uma companhia nacional, desejo que tem prompta e simples soluçõ, diz elle, em uma pequena formalidade.

E esta é fazer-se pelo Thesouro o serviço de juros e amortização dos debentures que forem emitidos, para o qual todas as rendas da companhia serão ali depositadas, pois que o Thesouro terá de arrecadar a maior parte dellas por serem impostos geraes; podendo o governo acompanhar a emissão dos titulos regularisando-a de forma que não sejam emitidos, senão depois que houverem iguaes valores e obras executadas, ou adquiridas pela companhia.

Essa pequena formalidade eu consideraria o mais serio da questão, si ao menos de leve eu pudesse inclinar-me pela proposta.

Uma parte daquelle expediente, a mais fascinadora — a emissão de titulos correspondentes a valores já arrecadados — não resiste a uma simples reflexão e é: para que guardar esses valores improductivamente e dar titulos vencendo juro?

Ou bem não comprehendo a proposta, ou bem não foi escripto o pensamento do seu autor.

Os planos e orçamentos não acompanham os papeis que examinei; uns e outros serão feitos depois de concedida a grande empresa.

E' contar de mais, esperar que o governo concedesse o desconhecido.

A caução offerecida é apenas de 200.000\$, ou 0,1 % do maior capital e 0,2 % do menor.

Penso que tanto as propostas dos Drs. Hilario de Gouvêa e João da Costa Lima e Castro, como a de Dr. Americo de Castro, não consultam os fins de sua apresentação, pelo que se lê no parecer a fls. 2.

Qualquer dellas fará pesar serios encargos nos cofres da Republica.

Á do ultimo principalmente perturbaria a sociedade com as medidas em que baseou-a o seu autor.

Emitti, embora ligeiramente, o meu juizo a respeito dos pontos capitales dellas e procurei oppor ás apparentes vantagens os reaes prejuizos.

Para accental-as será preciso augmentar uns ou crear novos impostos, tocar na propriedade particular, affectar de graves compromissos a receita publica, pois que o Thesouro, pela:

1ª proposta assumirá uma responsabilidade annual de..... 3.380.000\$000
2ª proposta, idem..... 13.000.000\$000
e na melhor hypothese..... 6.500.000\$300

A renda que se projecta como recurso para acudir aos compromissos virá tarde, si vier, depois de reluctancias e reclamações quicá bem justas.

A resultante de terrenos desapropriados e dos adquiridos de arrazamentos ou aterros não será facil e promptamente realizavel, porque os terrenos não encontrarão logo compradores e os arrazamentos e aterros, depois de dispendiosamente conseguidos, carecem de ser trabalhados, principalmente os ultimos para as construcções.

Pensa-se n'uma grande área, pense-se tambem no pequeno numero de compradores.

As desapropriações desfalcarão o capital e pouco o recomporão, porque os predios terão sem duvida valor muito superior ao que darão, depois de demolidos, os terrenos que occuparam.

Da leitura da memoria dos Drs. Gouvêa e Lima e Castro conclue-se não ter havido cuidado com a salubridade publica por parte dos agentes de diversos serviços da Intendencia Municipal e da Inspectoria de Hygiene.

Estas duas repartições muito podem fazer.

Segundo o tantas vezes citado parecer de fls. 2, os projectos não resolvem rigorosamente o problema mais urgente do saneamento desta capital.

Convem, pois, fazer estudar esta materia por partes, a começar da mais urgente, para que possa o governo providenciar.

Thesouro Nacional, 21 de junho de 1890.

José Mariano da Costa Nunes, 1º escripturario.

PARECER DO ENGENHEIRO ZELADOR DOS PROPRIOS NACIONALES

ILLUSTRE CIDADÃO MINISTRO DA FAZENDA.

Sendo por vós incumbido de informar sobre as vantagens e praticabilidade do projecto de saneamento da Cidade do Rio de Janeiro, apresentado pelo cidadão Dr. Americo de Castro e do projecto para a drenagem do sub-solo em que assenta esta capital e calçamento estanque, dos Drs. Hilario de Gouvêa e Lima Castro, venho desempenhar-me desse encargo, expondo-vos francamente a minha opinião sobre o arrojo desses projectos apresentados ao Governo Provisorio, tendo tido um delles longa incubação nas pastas do governo do passado regimen, que felizmente adiou a sua solução.

Antepondo o meu parecer á illustrada commissão, nomeada pela Intendencia Municipal, não sou um companheiro desleal; sentindo apenas não poder cerrar os olhos ás faltas de um trabalho, que interessa o paiz inteiro.

Admitte-se que, projectando-se obras insignificantes, avalie-se o seu custo independente de estudos e respectivos planos; porém, tratando-se de grandiosos melhoramentos, é um methodo perfunctorio, que a engenharia desconhece.

Nada mais facil do que projectar melhoramentos hypotheticos, o orgal-os hypotheticamente.

E' o que o engenheiro reconhece no monstruoso projecto do Dr. Americo de Castro, onde se ageitaram as obras ao orçamento e o orçamento ás obras.

A douta commissão declarou: « Diante da questão tão complexa, nenhum dos projectos resolveu rigorosamente o problema mais urgente do saneamento da Capital ».

Asserção esta um tanto dubia, ante a forma exclusiva do parecer, que admite medidas inadiveis e integrantes de um plano systematico de saneamento; achando-se duas dessas medidas consignadas nas duas propostas.

Deixo de parte este incidente e peço-vos venia para tratar do projecto Americo de Castro, que reúne em si o embelezamento e saneamento desta capital.

O embelezamento e saneamento de qualquer cidade é, antes de tudo, obra de tempo; é a resultante de trabalhos accumulados de uma serie de intelligencias e estudos accurados; productos de vontades diversas, cujo concurso é harmonico, porque representa a inspiração de uma organização social, constituindo uma lei, que se origina e é motivada por circumstancias locais, lei que escapa ás investigações e concepções do mais habil architecto e higienista. O que prova que a Cidade a mais perfeita não será a que fór projectada de um só jacto.

Todas as cidades da Europa foram e continuam a ser embelezadas e saneadas parcialmente, em virtude dessa lei, das condições politicas, sociais e commerciaes. Exemplo: Veneza, Amsterdã, Paris, S. Petersburgo, Berlim, Londres, Chicago e

Não é preciso ter viajado muito, para saber que tão rapida transformação, como a que se propõe realizar para esta Capital, nunca experimentou Paris, quando submettida de uma parte á politica de Napoleão e de outra á vaidade popular: haja vista os capitales immobilisavos pelos particulares nas ruas de Paris.» (Statistique de La France, vol. II, Paris, 1875.)

Palavras de um distincto engenheiro.

As cidades que na America do Norte tem passada por metamorphoses, por assim dizer instantaneas, devidas á expansã natural das populações que progredem, não resultam de derrubadas, como esta, que se propõe fazer o cidadão Dr. Americo de Castro, apresentando um projecto, sem ser precedido de rigoroso estudo, sem planos detalhados das obras a executar, nem especificações dos preços elementares—bases de todo orçamento serio e judicioso.

E' um projecto em folhas de papel, delineado na planta do Rio de Janeiro, sem a responsabilidade de um professional, faltando tudo, até a escala da mesma!

E são estes trabalhos hypotheticos, que servem de base a um plano financeiro, cuja garantia pelo governo deve ser de duzentos mil contos!

O projecto proposto é incompleto em relação aos variados e urgentes pontos que o saneamento da Capital deve abranger, e, quanto ao embelezamento, é copia servil dos estudos de uma commissão de melhoramentos da cidade, ha 15 annos organizada pelo governo, e cujos trabalhos foram julgados inexequíveis e dispendiosos. Quem examinou esses planos na secretaria do imperio deve recordar-se delles pelo labyrintho de espaçosas ruas e avenidas em linha recta.

O prolongamento do canal do mangue, com o fim de reunir as aguas dos numerosos rios que por alli correm, e evitar os seus transbordamentos, representa uma inutilidade e o desconhecimento completo do modo por que são executados trabalhos analogos na Hollanda, citados na obra de Desnoyers.

« Faz lembrar o caso de extinguir incendios por meio do petroleo! » Palavras do mesmo engenheiro.

Quaes são as dimensões das duas bacias?

Quaes as dimensões da secção do vasão do prolongamento do canal?

Será este navegavel, ou não por meio de eclusas?

O projecto a este respeito é completamente omisso.

Sustentar que carecemos de avenidas de 60 metros de largura, é persistir na mania de imitações irreflectidas; é esquecer que a capital da França tem uma população mais de seis vezes superior á nossa; e basta saber que, enquanto no Rio de Janeiro nenhuma rua ha, por onde transitem mais de 1.000 carruagens por dia, em Pariz passam pelo boulevard Montmartre 1.020, pelo dos Capuchinhos 1.220, e pelos Campos Elyseos 2.060 carruagens por hora.

Reynaud entende — « que nas cidades onde os ardores do sol são de temer, não convem dar grande largura ás ruas, e por isto estas são muito estreitas nas regiões meridionaes e nos portos de mar ».

Quanto ás aberturas de praças circulares, rectangulares, ou quadradas, que fazem parte do referido projecto, não preenchem melhor o seu fim, nem satisfazem a commodidade e ao effeito esthetico e por isso são condemnadas por todos os architectos.

A conquista da grande área pelo aterro da enseada de S. Christovão não apresenta garantia para a hygiene civil; e estamos certo de que a Intendencia e o governo pensarão do mesmo modo.

O projecto do Dr. Americo de Castro deixou em olvido a questão da natureza do solo, que influe poderosamente nas construcções. A conquista de que se trata, depende essencialmente da profundidade em que se acha a camada de terreno resistente naquella zona — verdadeiro e profundo mar de lodo, cujo melhoramento pôde ser executado parcialmente pelas concessões futuras de terrenos accrescidos de marinhas, que devem ser feitas com certas e determinadas restricções pela Intendencia Municipal, em beneficio daquella localidade.

O autor do projecto reconhece que as multiplas concessões feitas pelo regimen passado são obstaculos creados á execução desses melhoramentos; reconhece que ellas constituem direitos adquiridos, que devem ser respeitadas (sic) e pede que o governo lhe conceda o direito de adquiril-as ou desaproprial-as!

Percebe o mesmo requerente que ha manifesta incompatibilidade tecnica e mesmo economica, entre o seu plano ideal e as diversas concessões em vigor e tem a ingenuidade de pedir ao governo da Republica — a faculdade de desapropriação daquelles direitos.

Isto deve chamar a attenção dos homens serios e da engenharia brasileira, cuja iniciativa individual é cercada de todos os obstaculos por estes e outros portadores de privilegios.

Projectar melhoramentos da cidade, por meio de demolições, no valor de milhares de contos — não é milagre — é questão de saber traçar linhas rectas!

Do patriotico governo depende reformar parcialmente a nossa capital no prazo de poucas dezenas de annos, e que todos os melhoramentos se façam proporcionalmente aos recursos da edillidade e do Estado, e indifferindo as derrubadas que nada custam... a quem as projecta, por copia, no papel.

O projecto em questão, como vêdes, é impraticavel, porque apresenta o requerente obras sem estudos meditados e escri-

pulosos; nem em relação ao terreno, ás obras e aos seus detalhes e omisso completamente nas tres questões que formam a base de todo o melhoramento de uma capital — esgotos, agua e luz — e se prendem intimamente á questão das habitações e ao saneamento da cidade.

Sobre os projectos dos Drs. Hilario de Gouvêa e Lima Castro, peço-vos venia para entrar, antes de analysal-os na parte technica, em algumas ligeiras considerações:

Não ha quem ignore que o solo do Rio de Janeiro é malsão por causa do contingente de vapores aquosos, que dá a atmosphera, e da humidade que se estende por todos os pavimentos terrosos das nossas casas, que não eram e não são drenadas nos seus alicerces, medida esta, que executada, dará do novo a esta cidade o epitheto de « Berço dos Velhos ».

O projecto apresentado ao governo limita-se á « drenagem do sub-solo por meio de uma grande rede de collectores, convergindo para dous pontos em que serão construidas grandes cisternas e ali collocadas poderosas bombas a vapor para elevarem as aguas e despejal-as no mar ou nos esgotos, o que permittirá uma lavagem poderosa e constante da rede dos mesmos e que contribuirá para sanear eficazmente esta capital ».

Não resta duvida que ella trará esse resultado; porém é dispendiosissima, e nella se admittem dous processos distinctos — a drenagem e as cisternas profundas ou *embugs ou boitout*, que datam da idade média, meio por si só proficuo e economico e recurso mais que eficaz para esgotamento e saneamento de grandes superficies pantanosas e empregado nas vastas bacias de Falno; valles de Aubagne e Germanos; nos pantanos do Indre e planicie Achant, que eram d'antes immensas regiões pantanosas sem o menor declive — verdadeiros pantanos impossiveis de ser dessecados por qualquer outro processo.

O processo indicado pelos dous distinctos profissionais é identico ao proposto pelo engenheiro Belgrand em 1878 no Campo de Marte em Paris.

E' um systema a ensaiar, porque depende de grandes cargas d'agua e dos motores para pôr em movimento as poderosas bombas centrifugas.

Em Paris, onde o lençol d'agua é muito vizinho do sólo, e onde muitos quarteirões são inundados no tempo das cheias, ainda não se conseguiu uma drenagem permeavel e methodica: é ponto ainda ensaiado e discutido; e alli trata-se de organizar um serviço estatístico, para se conhecerem as oscillações da camada aquifera, utilizando os 30.000 poços dessa cidade e os que servem para a imersão dos para-raios.

Entretanto, lá não se encontram, os serios obstaculos, para se estabelecer os drênos por baixo das habitações, atravessando alicerces, e por baixo de ruas, atravancadas por encanamentos, e onde esse trabalho tem de ser executado profundamente em um terreno completamente inundado d'agua, submettendo a população a imminente risco, com o revolvimento total do sub-sólo.

Demais, as dimensões das duas cisternas projectadas serão sufficientes, para receber o volume de todas as aguas, que nellas devem ser recolhidas?

Quaes foram os dados para o calculo de sua capacidade?

Os tubos com a sua parte superior perfurada, constituindo um grande crivo e a sua parte inferior *estaque*, produzirão o resultado do escoamento da camada aquifera?

E' lição dos mestres que a drenagem do sólo deve ser por meio de uma canalisação permeavel, e que não é licito fixar de antemão a despeza com estas obras, cuja importancia pôde variar entre limites muito além do orçamento.

A humidade, que mais devemos temer, é a que tem logar no interior de nossas habitações, que estão longe de ser o *home sweet home dos inglezes*.

Elle depende do sub-sólo, dos materiaes de construcção, dos defeitos de execução e da ausencia completa de ventilação.

A sciencia tem meios de obter hoje a drenagem do sólo por processos mais economicos e de resultados certos.

O projecto em questão é supérfluo e dispendioso, e não tem a precedencia de estudos que a sua magnitude exige.

A planta dá apenas as direcções dos diversos collectores, e representa um nitido trabalho de desenho, mas sem valor tecnico.

Não se pôde julgar de todas as particularidades do projecto em seus menores detalhes, e isso faz suppôr um orçamento empyrico. Belgrand, de reputação europeá, quando tratou dessa questão, apresentou estudos serios, e expoz modelos na importante collecção dos specimens dos trabalhos subterraneos de Paris (Academie des Sciences. 29-4-1876).

A proposta dos mesmos cidadãos para o calçamento estanque resente-se dos mesmos defeitos, em relação á parte technica: falta uma planta distinguindo o calçamento antigo do novo e a altura dos leitos em que se acumulam as lamas.

E' uma questão delicada para a engenharia e depende de ensaios judiciosos em pequena escala em pontos diferentes desta Capital.

Os engenheiros europeus tem ensaiado os diversos typos de calçamentos, e ainda hoje não se declaram em absoluto em favor de nenhum; o que se pôde ver compulsando *Healthy Dwelling*,

Não resta duvida que o Dr. Miquel (*Les organismes vivants de l'atmosphere, 1883 p. 238*) é de opinião que supprimir o sólo das ruas é supprimir a lama das mesmas e com ella os microbios; porém é meio pratico, na opinião dos engenheiros, é: encaminhar todas essas materias organicas para os esgotos, afim de recolhel-as, e utilisal-as. E para este *desideratum* torna-se indispensavel e urgente attender ás obras correctoras do systema de esgotos, sem o que serão inuteis todos os melhoramentos reaes.

Em conclusão, devo-vos declarar que, em face de um problema tão momentoso, como este, não ha limites, nem principios absolutos a estabelecer, attendendo-se aos recursos deste paiz, que acaba de passar por uma transformação radical em sua vida politica, e o governo saberá cumprir o seu dever, approvando ou rejeitando os projectos de saneamento desta Capital, submettidos ao seu esclarecido juizo.

Saude e Fraternidade.

Augusto Eugênio de Lemos.

Engenheiro civil.

Capital, 21 de junho de 1890.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

GENERALÍSSIMO.

Uma das mais palpitantes necessidades, que convem attender, para fomentar a expansão das forças productoras da Republica, é, sem duvida, o desenvolvimento da immigração europeá, o que sómente se poderá conseguir mediante disposições que garantam o estabelecimento de uma corrente de immigrants laboriosos e morigerados, assegurando-se-lhes os auxilios e recursos necessarios para a sua conveniente collocação.

O governo tem sido solícito em providenciar para que os immigrants encontrem favoravel acolhimento, de modo que não se arrependam de ter encaminhado os seus passos para o nosso hospitaleiro paiz; proporcionando-lhes, para isso, a necessaria collocação e todos os recursos que, segundo as leis actuaes, tem a seu alcance, para que elles sejam devidamente accomodados.

Ao mesmo tempo, por meio de medidas adequadas, tem sido regulado o cumprimento dos contractos vigentes para o transporte dos immigrants, que para aqui se destinam.

Não parecem, entretanto, sufficientes taes providencias, e, com o fim de completal-as, pondo em execução um dos mais importantes pontos do programma administrativo do Ministerio a meu cargo, organizei o plano de reforma que ora vos apresento, no qual procurei attender, do modo mais conveniente, aos interesses daquelle serviço, que são os mesmos da Republica, estando convencido de que a sua pontual execução concorrerá eficazmente para que em breve uma abundante corrente immigratoria venha transformar as condições do nosso serviço agricola e desenvolver as riquezas do nosso vasto territorio.

O meu plano de reforma attende aos dous ramos do serviço, providenciando sobre cada um e estreitando as relações que ambos tem entre si.

Na primeira parte, as medidas referem-se ás condições que os immigrants devem preencher para gozarem dos favores, que lhes são promettidos pelo governo; estabelecem-se regras para garantir a effectividade desses favores e de outros auxilios que lhes são igualmente reservados; cogita-se do seu bem estar na Republica e durante a viagem, instituindo-se o premio de 100.000 francos a cada uma das companhias de vapores, que transportar durante o anno 10.000 immigrants, sem que tenha incorrido em censura por qualquer falta, não só em relação ao tratamento dos mesmos immigrants, como em relação ás respectivas bagagens; e, por fim, são reguladas as hypotheses em que o Estado toma o encargo da repatriação, concedendo, neste caso, aos repatriados sufficiente auxilio para as suas primeiras despezas no regresso ao paiz natal.

Na segunda parte, attende-se á localisação dos immigrants, promovendo-se, não só a transformação das propriedades agricolas, mediante premios e auxilios aos proprietarios, segundo as

eleos especiais, onde as estradas de ferro economicas—com garantia de juros—ligando-os aos centros de consumo ou aos pontos de exportação, representam o poderoso factor que, com os demais auxilios, lhes assegura vantajoso exito, com real proveito para os immigrants que forem localizados.

Em outras disposições foram devidamente acautelados os interesses dos immigrants, que durante largo prazo gosarão de toda a protecção das autoridades da Republica, encontrando, afinal, nos nucleos custeados pelo Estado, definitiva collocação no caso em que, por qualquer circumstancia, não lhes convenha permanecer nos estabelecimentos particulares.

Esses são, em resumo, os pontos principaes do serviço immigratorio, que tenho a honra de sujeitar à vossa esclarecida apreciação.

Capital Federal, 28 de junho de 1890.—Francisco Glicerio.

DECRETO N. 528 — DE 28 DE JUNHO DE 1890

Regularisa o serviço da introdução e localisação de immigrants na Republica dos Estados Unidos do Brazil

O generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação,

Considerando a conveniencia de regularisar o serviço da immigração na Republica, de modo que os immigrants tenham segura garantia de effectividade dos auxilios que lhes forem prometidos para o seu estabelecimento;

Considerando que a adopção de medidas adequadas e tendentes a demonstrar o empenho e as intenções do governo, relativamente à immigração, depende do desenvolvimento da corrente immigratoria e a segura applicação dos subsidios destinados a aquelle serviço, ao qual se acha intimamente ligado o progresso da Nação;

Considerando que a protecção dada aos immigrants e as medidas que asseguraram a sua prompta e conveniente collocação concorrem efficazmente para interessal-os na prosperidade dos estabelecimentos em que forem localizados;

Considerando que faz-se conveniente a concessão de favores que animem a iniciativa particular e auxiliem o desenvolvimento das propriedades agricolas, facilitando-lhes a acquisição de braços, de modo, porém, que seja attendida a conveniente collocação dos immigrants; decreta:

PARTE PRIMEIRA

CAPITULO I

DA INTRODUÇÃO DE IMMIGRANTES

Art. 1.º E' inteiramente livre a entrada nos portos da Republica, dos individuos validos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante authorisação do congresso nacional, poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.

Art. 2.º Os agentes diplomaticos e consulares dos Estados Unidos do Brazil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos immigrants daquelles continentes, communicando immediatamente ao governo federal pelo telegrapho quando não o puderem evitar.

Art. 3.º A policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes.

Art. 4.º Os commandantes dos paquetes que trouxerem os individuos a que se referem os artigos precedentes ficam sujeitos a uma multa de 2:000\$ a 5:000\$ perdendo os privilegios de que gozarem, nos casos de reincidencia.

Art. 5.º Sómente terão passagem integral ou reduzida, por conta do governo federal:

- 1.º As familias de agricultores, limitados aos respectivos chefes, ou aos seus ascendentes os individuos maiores de 50 annos;
- 2.º Os varões solteiros maiores de 18 annos e menores de 50; uma vez que sejam trabalhadores agricolas;
- 3.º Os operarios de artes mecanicas, ou industriaes, artezãos e os individuos que se destinarem ao serviço domestico, cujas idades se acharem comprehendidas entre os limites do paragraho precedente.

Os individuos enfermos ou com defeitos physicos, sómente terão passagem gratuita, se pertencerem a alguma familia que tenha pelo menos duas pessoas validas.

Art. 6.º Nos contractos para o transporte de immigrants, serão limitados ao maximo de 50 % do numero total os individuos comprehendidos na 2ª e 3ª classificacão do art. 5º, sendo os desta na proporção maxima de 33 % dos daquella.

Art. 7.º O Estado concederá ás companhias de transporte maritimo que o requererem a subvenção de 120 francos pela passagem de cada immigrant adulto que ellas transportarem para os portos da Republica e porporcionalmente, na razão da metade daquella quantia pelos menores de 12 annos até 8 inclusive, e a quarta parte pelo desta idade até 3 annos, uma vez

que as mesmas companhias se obriguem a preencher as formalidades constantes deste decreto, e a não receber dos immigrants mais do que a differença entre a citada quantia e o preço integral das passagens; o que deverão provar com as declarações por elles firmadas, as quaes serão aqui verificadas no acto da chegada.

Art. 8.º Todos os immigrants que forem introduzidos em virtude de contractos, deverão vir acompanhados de um attestado do agente consular da Republica residente no porto da procedencia, no qual se ache especificado o nome, idade, estado e profissão, e bem assim o grão de parentesco dos individuos que compuzerem cada familia.

Art. 9.º Nenhum emigrante terá o auxilio do art. 5º, sem que declare expressamente qual o destino que pretende tomar chegando à Republica; e se achem certos, os que se destinarem ao serviço agricola, que do governo sómente poderão reclamar o transporte para o ponto de seu destino e a respectiva collocação em algum nucleo colonial à sua escolha, no qual terão os auxilios e favores de que alli gozam todos os immigrants na forma deste decreto.

Os operarios mecanicos, industriaes, etc., deverão igualmente assignar a declaração de que para a sua collocação nenhum favor solicitarão do governo, além da protecção deste e das autoridades, bem como o transporte para as localidades onde desejarem fixar-se.

Todas estas declarações, que deverão ser feitas perante o agente consular e por este authenticadas, ficarão archivadas na Inspectoria Geral das Terras e Colonisação.

Art. 10. Os immigrants nominalmente indicados, ou aquelles que forem solicitados para o serviço de estabelecimentos particulares não poderão ter o favor do art. 5º, sem que preceda declaração firmada pelos individuos que os chamarem ou solicitarem, obrigando-se a prestar-lhes os auxilios precisos para a respectiva manutenção durante o tempo necessario, até que elles o possam obter pelo seu trabalho.

Esses documentos, que serão igualmente archivados na Inspectoria Geral das Terras e Colonisação, sujeitam os seus autores à effectiva responsabilidade, na falta de cumprimento da promessa feita.

Art. 11. Os proprietarios agricolas, assim como os bancos, companhias ou particulares proprietarios de nucleos, que desejarem receber immigrants, deverão apresentar à Inspectoria Geral das Terras e Colonisação o respectivo pedido, declarando o numero de individuos ou de familias que desejarem, a respectiva nacionalidade, e bem assim as vantagens que lhes offerecem, conforme a especie do serviço que for indicada.

Uma cópia deste pedido será enviada ao contractante do transporte, o qual a fará verter para o idioma do paiz a que pertencerem os immigrants solicitados, sendo indicado na competente moeda o valor do salario offerecido.

Esse documento, passado em duas vias, será assignado pelo immigrant, com a declaração de que aceita as condições propostas. Uma das vias ser-lhe-ha entregue e a outra apresentada à Inspectoria Geral das Terras e Colonisação na occasião da sua chegada.

Art. 12. Os immigrants ficarão sob a protecção especial do governo e das Inspectorias Gerais e Especieas de Terras e Colonisação durante os seis primeiros mezes que decorrerem após a sua chegada.

Aquelles que collocados em estabelecimentos particulares quizerem transferir-se para os nucleos colonias particulares ou do Estado, poderão fazel-o dentro daquelle prazo, sujeitando-se ao disposto no art. 5º.

Igualmente poderão os que ficarem nas cidades do littoral da Republica, solicitar no mesmo prazo a respectiva transferencia para qualquer outro ponto até onde chegarem communicações regulares, por via maritima, fluvial ou terrestre.

Art. 13. Serão sómente tomadas em consideração as reclamações feitas pelos immigrants dentro daquelle prazo, cumprido à Inspectoria Geral das Terras e Colonisação na Capital Federal, ás Inspectorias Especieas ou aos agentes officiaes de colonisação ou immigração, nos logares onde houver estes funcionarios, e, finalmente, aos presidentes das municipalidades, intendenacias, ou da corporação de eleição popular, que for creada para substituir as antigas camaras municipaes, verificar as allegações dos reclamantes, promover os inqueritos que forem precisos, dando de tudo conhecimento ao Ministerio da Agricultura, por intermedio dos governadores, quando a reclamação se fizer directamente aos funcionarios dos estados, ou por intermedio da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação, quando o inquerito for por esta autorizado; cumprido aos referidos funcionarios dar o seu parecer sobre a procedencia da reclamação.

Art. 14. O proprietario ou gerente do estabelecimento particular, que for convencido de ter faltado aos compromissos contrahidos com os immigrants, será compellido a satisfazel-os pelos meios legais, e perderá o direito de havel-os por intermedio do Estado, durante o prazo de seis mezes a dous annos, conforme as circumstancias do caso.

Art. 15. Os contractantes do transporte de immigrants ficarão incurso nas multas estabelecidas nos respectivos contractos, si nas averiguações, a que se proceder na forma dos artigos precedentes, verificar-se que não são agricultores os immigrants sobre que versar o inquerito, uma vez que como taes tenham sido introduzidos.

Nos casos de deficiencia dos contractos, a multa será igual á metade do preço das passagens de toda a familia, ou unicamente da passagem do immigrante, si elle tiver vindo só.

Art. 16. As companhias de navegação, que houverem transportado durante o anno 10.000 immigrantes pelo menos, sem que tivesse havido reclamação alguma a respeito das bagagens e do tratamento dado aos mesmos immigrantes, terão direito a um premio de 100.000 francos.

Art. 17. Somente terão direito a ser repatriados por conta do Estado:

1.º As viúvas e orphãos, que tiverem perdido seus maridos ou paes dentro de um anno, após sua chegada aos portos da Republica;

2.º Os immigrantes que ficarem inutilizados em consequencia de desastre soffrido no serviço a que se dedicaram, uma vez que não tenham a cada um anno de residencia na Republica.

Os immigrantes que se acharem nestas circumstancias, terão, quando solicitarem, além da necessaria passagem, o auxilio de 50\$ a 150\$, conforme o numero de pessoas da familia, para as despesas de viagem e installação.

Nestas disposições, somente se comprehendem os immigrantes que tiverem sido introduzidos no paiz com passagem paga pelo Estado.

Art. 18. Os governadores tomarão as medidas necessarias no intuito de proteger os immigrantes morigerados e laboriosos, contra qualquer especulação nos respectivos Estados.

Art. 19. Todas as reclamações relativas ás bagagens deverão ser dirigidas á Inspectoria Geral das Terras e Colonisação, á qual cumpre adoptar as providencias necessarias para que as mesmas cheguem com os respectivos donos a seus destinos.

PARTE SEGUNDA

CAPITULO II

DAS PROPRIEDADES AGRICOLAS

Art. 20. Todo o proprietario territorial que desejar collocar immigrantes europeos em sua propriedade, tem direito aos favores constantes deste decreto, desde que sejam preenchidas as condições aqui estipuladas.

Art. 21. As propriedades destinadas á localisação de immigrantes deverão ser inscriptas no registro a que se refere o decreto n. 451 B de 31 de maio proximo findo, e não poderão ter area inferior a 100 hectares estando incultas, ou 300 hectares, si estiverem cultivadas.

A sua distancia dos centros de consumo, ou de uma estação da mais proxima via-ferrea, não deverá exceder de 13.200 metros, contados do centro da propriedade.

Art. 22. As propriedades deverão ser descriptas em um memorial, contendo informações precisas sobre a qualidade das terras, a salubridade e aptidão para a cultura, os cursos da agua, que as banham, e bem assim sobre a especie de lavoura a que se prestam.

Outrosim, quando se tratar de propriedades já cultivadas e em exploração, serão igualmente indicadas as estradas que já possuem, bem como os edificios, machinas e aparelhos que tiverem para o beneficiamento dos productos.

Art. 23. As propriedades deverão ser divididas em lotes, convenientemente providas de agua, e de alguma matta para os misteres domesticos.

Nas propriedades incultas, a area dos lotes será de 15 hectares; mas que já tiverem cultura, os lotes poderão ser de cinco hectares no minimo, devendo estes ter, pelo menos, metade da area já cultivada.

Os lotes deverão ter as necessarias picadas para se communicarem entre si, e com a estrada geral existente, ou que for projectada.

CAPITULO III

DA VENDA DOS LOTES, E MODO DE PAGAMENTO — AUXILIOS AOS IMMIGRANTES — TITULO DE PROPRIEDADE

Art. 24. Os lotes contendo uma casa provisoria, de valor não inferior a duzentos mil réis, conforme o typo approved pelo governo, serão vendidos a immigrantes com familia pelo preço maximo de 25\$, por hectare, estando as terras incultas, ou 50\$, estando as terras cultivadas.

Nestes preços não está incluído o custo da casa provisoria.

O pagamento será feito por prestações annuaes, a contar do primeiro dia do segundo anno do prazo, que não será menor de 10 de annos, adicionando-se á importancia de cada prestação o juro nunca excedente a 9% ao anno.

Art. 25. Os proprietarios adiantarão aos immigrantes, que forem localizados, as ferramentas, sementes, etc.; bem assim os meios necessarios para a subsistencia delles e de suas familias até o prazo de nove mezes, enquanto não tiverem resultado de suas culturas.

A importancia dos adeantamentos será adicionada ao valor do lote que, com todas as bemfeitorias, ficará hypothecado ao proprietario, até final pagamento.

Art. 26. O immigrante receberá, no acto do seu estabelecimento, um titulo provisorio de sua propriedade, no qual serão lançados, com o preço do lote, os adeantamentos que receber.

Neste mesmo titulo, serão igualmente registrados os pagamentos que forem effectuados.

Logo que terminarem os pagamentos devidos pelo immigrante, será este titulo trocado por outro de caracter definitivo, onde lhe seja dada plena quitação e se achem indicadas todas as vantagens estabelecidas no citado decreto n. 451 B, de 31 de maio.

CAPITULO IV

DA FALTA DE PAGAMENTO E ABANDONO DO LOTE — TRANSFERENCIA — AVALIAÇÃO DAS BEMFEITORIAS

Art. 27. No caso de atraso nos pagamentos por dois annos successivos, poderá o proprietario reclamar o despejo do lote, pagando ao immigrante as bemfeitorias que houver feito e metade das prestações já realizadas, depois de deduzida desta importancia a que lhe for devida pelos adeantamentos que houver feito.

Art. 28. No caso de abandono do lote, antes do completo pagamento, nenhum direito terá o immigrante a indemnização de qualquer natureza.

Art. 29. É permitido ao immigrante transferir o seu lote, antes de haver o pago, uma vez que a isso acceda o proprietario.

Art. 30. Nos casos de desacordo na avaliação das bemfeitorias existentes nos lotes, o juiz de paz do districto, onde estiver a propriedade, nomeará um arbitro, decidindo o laudo deste a duvida que houver.

CAPITULO V

DOS FAVORES CONCEDIDOS PELO ESTADO

Art. 31. Todos os proprietarios ou empresas, que satisfizerem as condições indicadas nos artigos precedentes, terão direito a receber do Estado os seguintes favores, na proporção que segue, conforme a categoria em que for classificada a respectiva propriedade.

Art. 32. São de tres categorias as propriedades a que se refere o artigo precedente.

Art. 33. Pertencem a 1ª categoria: as propriedades, em estado de cultura, onde puderem ser estabelecidas pelo menos 50 familias.

Pertencem á 2ª categoria: as propriedades nas condições precedentes que puderem admitir 200 familias no minimo, e já possuirem estradas viaveis no interior, e com communicações com os mercados de consumo, ou estação de via ferrea, ou portos maritimos ou fluviaes, e bem assim fabricas e machinas para o beneficiamento dos productos.

Pertencem á 3ª categoria as grandes propriedades; como sejam: engenhos contraes, fabricas de qualquer especie, que possuam territorio já cultivado, ou inculto, onde puderem ser collocadas pelo menos 500 familias de trabalhadores agricolas e que tiverem preenchido as condições estabelecidas para as de 2ª categoria, e em geral os territorios adquiridos pelas empresas que se formarem para o povoamento das terras devolutas da União, ficando obrigadas a preencher as condições do art. 23, e bem assim a collocar, pelo menos, aquelle numero de familias, e a estabelecer os engenhos e fabricas precisas para o beneficiamento e aproveitamento dos productos e materias primas, e bem assim casas para escolas e enfermarias.

Art. 34. Os favores a que tem direito as propriedades comprehendidas na 1ª categoria consistem no premio de 200\$, por familia que for collocada, e bem assim no de 250\$, para a casa provisoria.

As propriedades comprehendidas na 2ª categoria terão, além dos favores precedentes, mais a quantia de 1.500\$, por kilometro de estrada que for necessaria, para ligar a séde da propriedade á mais proxima estação de via-ferrea, ou a um centro de consumo.

As propriedades de 3ª categoria terão não só os favores já mencionados para as duas primeiras, como também o auxilio de 800\$ para a construcção de caminhos internos; e bem assim a concessão de terras devolutas que forem precisas para o estabelecimento do dobro do numero minimo de familias que deverem ser estabelecidas nos termos do art. 14.

Si o governo julgar conveniente, poderá o auxilio para a construcção da estrada ligando a séde á estação mais proxima de via-ferrea, ou centro de consumo, ou porto fluvial, ou maritimo, ser substituído pela garantia de juros de 6% sobre o preço maximo de 15.000\$ por kilometro de via-ferrea economica, durante o prazo de 20 annos, segundo as condições que forem estabelecidas.

Art. 35. O proprietario que tiver em sua propriedade cem familias regularmente localizadas, receberá o premio de 5.000\$.

Este premio se repetirá tantas vezes, quantas for proporcionalmente preenchida aquella condição, effectuando-se o respectivo pagamento, depois de feitas as necessarias verificações.

CAPITULO VI

DA EFFECTIVIDADE DOS FAVORES — MODO DO PAGAMENTO

Art. 36. Uma vez classificada a propriedade, serão os premios relativos á casa provisoria e á localisação pagos á proporção que forem estabelecendo os immigrantes, por grupo nunca menores de 10 familias, 90 dias depois do estabelecimento da ultima familia, á vista do attestado do fiscal designado, declarando que as familias estão devidamente localizadas e installadas nas casas provisorias, conforme o typo adoptado.

Na mesma proporção será feito o pagamento das prestações relativas aos caminhos vicinaes, á vista da medição na planta geral da propriedade, e dos lotes occupados.

O pagamento da subvenção arbitrada para as estradas geraes effectuar-se-ha á vista dos estudos approvados, depois que se achar estabelecida a quarta parte do numero de familias que deve contar a propriedade.

Art. 37. Sempre que se retirar uma ou mais familias, pelas quaes já tenham sido pagos os respectivos premios, deverá o proprietario communicar ao fiscal nomeado, a fim de que os retirantes não vão receber novos favores em outra propriedade.

Nos pagamentos subseqüentes será abatida a importancia da casa provisoria existente no lote abandonado.

CAPITULO VII

DA HABILITAÇÃO DOS PROPRIETARIOS PARA RECEBER OS FAVORES MENCIONADOS

Art. 38. Os proprietarios que desejarem receber os favores consignados neste decreto deverão apresentar á Inspectoria Geral das Terras e Colonisação o seu requerimento, instruido na conformidade dos arts. 1º, 2º e 3º, acompanhado pela planta da propriedade.

Art. 39. Depois de effectuadas as necessarias diligencias, será o requerimento apresentado ao ministro, que, em despacho, declarará, si a propriedade é aceita, e qual a categoria que lhe cabe, entrando desde logo a referida propriedade no gozo dos favores que lhe pertencerem, ficando subentendido que o proprietario subordina-se ás disposições deste decreto.

Art. 40. Os pretendentes á formação de empresas, na forma do final da ultima parte do art. 15 deverão, instruir os seus requerimentos com documentos que provem a sua idoneidade e os recursos de que dispõem para realizar a sua pretensão.

Depois de deferidos, deverão, no prazo maximo de um anno, effectuar a medição das terras que lhes forem concedidas, recolhendo a respectiva importancia á razão de 1\$033 por hectare, conforme os termos da concessão, ao Thesouro publico, ou ás thesourarias dos estados.

Art. 41. Sómente depois de preenchida esta formalidade, poderá o concessionario entrar no gozo dos demais favores.

CAPITULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 42. Sobre o numero total das familias de immigrants que forem localizados, poderão ser admitidos 25 % de nacionaes, contanto que sejam morigerados, laboriosos e aptos para o serviço agricola, os quaes terão direito aos mesmos favores concedidos aquellas.

Art. 43. Em tudo o mais que for relativo ao fornecimento de immigrants, observar-se-ha o disposto no presente decreto.

Sala das sessões do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil, 28 de junho de 1890, 2ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

Francisco Glicerio.

O marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo ouvido o Ministro dos Negocios da Justiça a respeito do recurso de graça n. 1926, de Francisco Possidonio de Brito Junior, que era collector das rendas geraes e provinciales, na cidade de Guaratinguetá, do actual estado de S. Paulo, e como tal foi condemnado por sentença do respectivo juiz de direito, datada de 7 de dezembro de 1878, á pena de 4 annos de prisão com trabalho e multa de 20 % da quantia consumida, por crime de peculato, cuja importancia se verificou ser 7:727\$440, equivalente aos saldos dos mezes de abril e maio daquell anno; e atendendo a que o crime, aliás não justificavel, foi attenuado pela ausencia de proposito deliberado; pois está provado e a sentença condemnatoria reconhece que em parte o alcance foi devido á excessiva condescendencia, com que o recorrente confiava a particulares conhecimentos ou recibos de contribuições, sem receber as respectivas importancias, o que ainda confirma o juiz que informou o recurso, fazendo ver que o recorrente improprio pelo seu character ductil e complacente para exercer cargos de arrecadação de dinheiros publicos, era, assim nas relações officiaes como nas de familia, victima da propria fraqueza, de que resultou o referido desfalque e a sua ruina; e tendo em consideração os bons precedentes do recorrente, que ainda hoje goza de geral sympathia e era bem considerado, como prova o facto de ter sido sempre desde 1863, um dos mais votados electores de parochia, tendo exercido sem censura, desde 1849, o cargo de escrivão da collectoria, no qual se manteve até passar em 1872 ao exercicio dos logares de collector geral e provincial; e porque o recorrente é actualmente avançado em idade, está reduzido á extrema pobreza, como attestam muitas pessoas fidedignas, e além do processo e prisão, o tem acabrunhado grandes soffrimentos moraes: resolve attento o conjuncto de circumstancias expostas, perdoar-lhe a pena a que foi condemnado.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.
Sala das sessões do Governo Provisorio na cidade do Rio de Janeiro, 30 de junho de 1890, 2ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

O marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo ouvido o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, acerca da petição de graça do réo João Domingos Arruda, condemnado a 20 annos de prisão com trabalho, em virtude de decisão do jury do termo de Queluz, no estado de Minas Geraes, proferida em 29 de novembro de 1877, por crime de parricidio, commettido em dias de julho de 1876, e considerando que o petionario, menor ao tempo do crime, foi a elle induzido por amor da mãe, a quem o pai estava seviciando com instrumento contundente, e o praticou no momento de ser ella offendida na região frontal e no rosto, conforme consta do auto de exame em sua pessoa e dos depoimentos de quatro testemunhas; que immediatamente após o facto, de que a mãe pretende assumir toda a responsabilidade, dizendo-se autora do homicidio em propria defesa, seu filho confessou-se culpado e sentido do lamentavel desfecho de uma luta domestica que frequentemente sujeitava sua mãe a maos tratos; e, finalmente, que, preso desde 22 de agosto de 1876, o seu procedimento no decurso de quasi 14 annos tem sido exemplar na cadeia, segundo informam todas as autoridades locais, civis e ecclesiasticas, resolve perdoar-lhe o resto da pena.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 30 de junho de 1890, 2ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles.

Ministerio da Justiça

Por decretos de 30 de junho findo,

Foram removidos:

A pedido o juiz de direito Felisberto Soares de Gouvêa Horta, da comarca do Rio Lambary para a do Rio Verde, ambas de 2ª entrancia, no estado de Minas Geraes, e desta para aquella o juiz de direito Caetano Augusto da Gama Cerqueira;

Por conveniencia do serviço publico, o juiz de direito Pantaleão Paulo Pereira, da comarca de Caçapava, de 2ª entrancia, no estado do Rio Grande do Sul, para a de Guimarães, de igual entrancia, no Estado do Maranhão e desta para aquella o juiz de direito José Jansen Ferreira Junior.

— Foi reformado no posto de tenente-coronel o maior ajudante e ordens e secretario geral do commando Superior da guarda nacional da comarca de Antonina, no estado do Paraná, Antonio Lopes Torres.

— Foram nomeados:

Major ajudante de ordens e secretario geral do commando superior da guarda nacional da comarca de Antonina, no estado do Paraná, o cidadão José Francisco de Oliveira Marques.

O Dr. Antonio Maria Teixeira para o logar de medico encarregado das analyses toxicologicas da policia da Capital Federal.

Ministerio da Guerra

Por decretos de 28 de junho findo,

Foram nomeados:

Conselheiro de guerra o general de divisão José Simeão de Oliveira;

Ministro adjunto do Conselho Supremo Militar de Justiça o substituto desembargador do Tribunal da Relação da Capital Federal José da Motta de Azevedo Corrêa.

Foram transferidos na arma de infantaria: para a 3ª companhia do 11º batalhão o capitão do 15º João Francisco da Silva Castro, para a 4ª companhia do 15º batalhão o capitão do 11º José Joaquim Soares Carne Viva e para a 2ª companhia do 36º batalhão o capitão do 6º Alfredo Maniz.

Ministerio da Agricultura

Por decreto de 30 de junho findo, foi concedida a Candido Rodrigues Meirelles a apresentação com os vencimentos de delegado da extincta repartição de terras do estado do Paraná, proporcionaes ao tempo de serviço que contar.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça

Por portarias de 28 de junho findo:

Concedeu-se *exequatur* nos termos do decreto n. 7777 de 27 de julho de 1880, a sentença do juizo superior de tutoria do grão ducado de Baden de 23 de março de 1887, que, approvando a partilha dos bens deixados pelo finado Frederico José Friederisi, autorizou o tutor dos interessados menores para tomar posse da herança destes;

Concederam-se tres mezes de licença, com o ordenado a que tiver direito, ao bacharel Arthur Henrique de Figueiredo Mello, juiz de direito da comarca da Christina, no estado de Minas Geraes, para tratar de sua saude.

Por outra de 30 de junho findo, concedeu-se *exequatur* à sentença do juiz de direito da comarca de Villa Nova de Fomalicao, no reino de Portugal, habilitando João José Carneiro e sua mulher Thereza de Jesus Souza, também conhecida por Thereza de Jesus, como unicos e universaes herdeiros de seu fallecido filho Joaquim José Carneiro.

Pela secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, em 30 de mez findo, passou-se diploma habilitando o bacharel José Maria Bourroul ao cargo de juiz de direito.

REQUERIMENTO DESPACHADO
Dia 27 de junho de 1890

Cantidiano Cardoso Pereira. — A vista das informações officias, não procedem as allegações do supplicante.

Dia 23

Pedro Ignacio de Miranda Junior. — Desde que pelo art. 1.º da lei de 12 de outubro de 1827 os officios de justiça deixaram de ser conferidos a titulo de propriedade, e como todos os cargos publicos e direitos politicos teem limite de duração no das instituições em que se fundam, nenhum direito assiste a indemnização requerida, visto que com a extinção das chancellarias das relações pelo decreto legislativo n. 1730 de 5 de outubro de 1869, cessou o officio do escrivão que na desta capital exercia o supplicante, não tendo a lei imposto a obrigação de lhe dar outra collocation, subsistindo a doutrina dos avisos n. 239 de 3 de novembro de 1853 e 126 de 7 de março de 1878, e accrescendo que o supplicante continuou a ser empregado como amanuense da secretaria do mesmo tribunal até hoje.

Ministerio da Fazenda

Por titulo de 30 de junho findo, foi nomeado o 1.º escripturario do Thesouro Nacional Luiz José Cruvello, para servir como fiscal *ad hoc* da emissão do Banco dos Estados Unidos do Brazil.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Circular n. 39. — Rio de Janeiro, 28 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de clara ao Sr. inspetores das Thesourarias de Fazenda, que de conformidade com a resolução constante da ordem abaixo transcripta, expedida a Thesouraria de Fazenda de S. Paulo, em 18 de dezembro ultimo sob n. 17, a proposição da multa de que trata o art. 42 do regulamento anexo ao decreto n. 5581 de 31 de março de 1874, deve sempre preceder a prova da grande suspeitada, ou de que se tiver sciencia, promovida pelos agentes fiscaes perante a autoridade judiciaria competente, na forma do art. 37 do mesmo regulamento. — Ruy Barbosa.

Ordem a que se refere a circular n. 39 de 28 de junho de 1890

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — N. 17. — Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1889.

Ruy Barbosa, presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. inspetor da Thesouraria de Fazenda de S. Paulo

que o mesmo tribunal, tendo presente o recurso interposto por Joaquim Teixeira das Neves, da decisão da dita Thesouraria, confirmatoria da da collectoria de rendas geraes do municipio do Rio Claro, que sob o fundamento de haver o recorrente sonegado, para pagamento do imposto de transmissão de propriedade, parte da fazenda denominada *Santa Maria*, por elle comprada por 12:000\$ a Moreira & Rodrigues, impoz-lhe a multa de 5 % sobre a differença entre o referido preço e o de 42:300\$ por que estas adquiriram anteriormente a dita fazenda, resolveu dar provimento ao mencionado recurso, visto ser applicavel a questão, de que se trata, por identidade de seus elementos, a doutrina firmada na imperial resolução de consulta da seccção de justiça do conselho de estado de 4 de abril de 1888, pelo qual ficou decidido que a prova da fraude tem de ser dada perante a autoridade judiciaria, competente para apreciar as circumstancias que fizeram presumir a existencia de fraude, ouvido quem della for increpado. — Ruy Barbosa.

Circular n. 40. — Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, 28 de junho de 1890.

Ruy Barbosa, presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, attendendo a que, com a reorganização das repartições de fazenda, cessaram os motivos que levaram o governo a nomear excepcionalmente algumas pessoas para diversos cargos das mesmas repartições sem o concurso exigido por lei, determina que se observem de ora em diante, as seguintes

Instruções

1.ª

Fica em pleno vigor a disposição do art. 1.º do decreto n. 10349 de 14 de setembro de 1889, não podendo recahir nomeação alguma, quer para primeira, quer para segunda entrancia, em individuo que não tenha prestado o respectivo concurso.

2.ª

No dia 1.º de outubro proximo futuro será aberto no Thesouro Nacional, e em todas as Thesourarias de Fazenda, concurso para o preenchimento de logares das duas entrancias.

3.ª

Neste concurso serão admittidos, não só os actuaes empregados de primeira entrancia, que ainda não o tiverem prestado, como também todos os cidadãos que pretenderem logares de primeira entrancia nas repartições de fazenda.

4.ª

Depois do acto ordenado pela disposição 2.ª destas instruções, os empregados de primeira entrancia que, dentro do prazo de dous annos, contados da data de sua nomeação não tiverem prestado as provas plenas exigidas no decreto supramencionado, serão considerados demittidos, e eliminados do quadro das repartições em que servirem.

5.ª

Regularão para os concursos as disposições do referido decreto de 14 de setembro de 1889, as quaes serão estritamente observadas.

6.ª

Os individuos que não pertencerem ao quadro de fazenda poderão prestar exame sómente das materias indicadas no art. 2.º do mencionado decreto de 1889.

7.ª

Os empregados das Alfandegas situadas fóra da séde das Thesourarias, terão passagem por conta do Estado, e neste caso os inspetores das Thesourarias marcarão prazo dentro do qual deverão os mesmos empregados regressar ás suas repartições. — Ruy Barbosa.

Ministerio da Marinha

Foram concedidos ao praticante do corpo de machinistas navaes João Candido Rodrigues, tres mezes de licença, na forma da lei, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Foi nomeado o cidadão José Vieira Wez neck, para exercer o logar de escrevente do Corpo de Marinheiros Nacionaes.

Concedeu-se licença ao machinista naval de 1.ª classe reformado Delfino Duarte Rodrigues para residir no estado de Pernambuco.

Ministerio da Agricultura

REQUERIMENTOS DESPACHADOS

Dia 30 de junho de 1890

Benjamin de Nofrio Massa idem idem ouro, carvão de pedra e outros mineraes no estado do Paraná. — Idem. Idem.

João Lopes Ferreira Pinto pedindo privilegio para a sua invenção do « Apontador Automatico Alageano ». — Idem. Idem.

José Moreira Gomes idem para o « Ventilador Moreira » de sua invenção. Idem.

Eugenio do Lacerda Franco idem para a machina de sua invenção denominada « Catedral Triplo » systema Lacerda. — Idem. Idem.

Hugo Bilgram idem para a sua invenção de machinas aperfeiçoadas de fabricar cigarros. — Idem. Idem.

Paul Clement Rousseau e outros idem para a sua invenção de um novo processo de purificação do alcool, flegmas, vinhos, rhums, aguardento de canna e em geral de todos os liquidos ou bebidas alcoolicas. — Idem. Idem.

Victor Popp idem para a sua invenção de um systema de aparelhos e conjunto de installação para distribuição do ar comprimido nas cidades, applicavel principalmente á força motora, ventilações, elevação de liquidos, producção de frio e luz electrica, etc. — Idem. Idem.

Augusto Graemiger e outros idem para a sua invenção de aparelhos de tingir, limpar ou branquear fios em carreteis. — Idem. Idem.

Companhia de Salinas Norte e Sul do Brazil pedindo autorização para organizar-se com o projecto de estatutos que apresenta. — Deferido, sendo respeitadas as zonas que fazem objecto de concessões anteriores e outras que o governo entenda conveniente fazer, e ficando igualmente a companhia obrigada a solicitar permissoão para adquirir, por qualquer titulo, os terrenos que julgar necessarios para seus trabalhos de explorações.

João de Deus Freitas, por si e como procurador de Luiz Fraeb, Dr. Felipe Pereira Caldas e 1.º tenente honorario da armada Ernesto do Prado Seixas, pedindo alteração nas clausulas do decreto n. 337 de 17 de abril de 1870, que lhes concedeu subvenção para uma empresa de vapores frigorificos. — Posto que algumas alterações se possam admittir, indeffiro o requerimento pela razão principal dada pelos supplicantes de que, sem elevar a subvenção de 150:000\$ a 300:000\$, augmentar o prazo e eliminar certas clausulas, não lhes é possivel reunir capitaes. Não concedo o augmento pedido. Não elimino as clausulas 8, 9 e 10, incluídas como garantia da concessão. Quanto ao estabelecimento de matadouros e depositos refrigeradores na Capital Federal e em cinco estados do norte e o serviço de oito vapores que os supplicantes dizem ter sido impostos pelo governo, são condições apresentadas por elles mesmos para base do contracto, (petição de 9 de janeiro de 1890) e o mesmo acontece com a restituição ao Thesouro, no fim do prazo, da somma recebida, a titulo de subvenção, retirando a empresa para o pagamento 10 % dos lucros liquidos de cada anno; esta clausula foi proposta pelos supplicantes em outra petição (28 de março) e aceita pelo governo.

Ministerio da Instrução Publica,
Correios e Telegraphos

Directoria Geral dos Correios

Por portaria do director geral de 28 do passado, foi concedida licença de 30 dias, na forma da lei, ao Sr. official da Directoria Geral dos Correios Manoel Pereira Leitão, para tratar de sua saude.

NOTICIARIO

Tarifa movel—O Sr. Ministro da Fazenda recebeu do inspector da Thesouraria de Santa Catharina o seguinte telegramma :

« Alfandega, em vista da publicação folhas loças que dão cambio 22 1/2, exige porcentagem tarifa movel. Comerciantes recorrem á thesouraria. Mandei sustar cobrança até ordem superior. Procedi bem? »

—O Sr. Ministro respondeu:

« Procedeu bem. Conforme art. 2º decreto de 26 de janeiro de 1889, a taxa movel só pôde ser cobrada precedendo aviso do Ministro da Fazenda: »

Pagadoria do Thesouro—Pagam-se hoje as folhas aos seguintes ministerios.

Interior—Secretaria, inspector da instrução, A zilo dos Meninos Desvalidos, Archivo Publico e commissão de viação geral avulsa.

Agricultura, inspector de illuminação publica e da City Improvements e avulsa.

Instrução Publica—Bibliotheca.

Exterior—Secretaria.

Marinha—Secretaria, Arsenal, Intendencia Hospital, Capitania do Porto, Escola de Machinistas, Bibliotheca e Auditorio.

Justiça—Secretaria de Policia do Estado do Rio de Janeiro.

Fazenda—Thesouro Nacional, aposentados, avulso extinctos e tença.

Pagadoria das tropas—Pagam-se hoje as folhas da Secretaria de Estado, Repartições de Ajudante e Quartel-Mestre General, Conselho Supremo, Brigadas, Corpos arrematados e recibos de Officias Generaes.

Malas—O correio geral expede hoje as seguintes:

Pelo Rio de Janeiro, para Santos, Paranaguá, Desterro, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2, ditas com porté duplo até ás 10 idem.

Pelo Parahyba, para Macahé e Campos, impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o interior até á 1 1/2, ditas com porté duplo até ás 2, objectos para registrar até á 1 idem.

Pelo Strabo, para Santos, impressos até ás 6 horas da manhã, cartas para o interior até ás 6 1/2, ditas com porté duplo até ás 7 idem.

Pelo Chatham, para Paranaguá, Santa Catharina, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, impressos até ás 6 horas da manhã, cartas para o interior até ás 6 1/2, ditas com porté duplo até ás 7 idem.

TRIBUNAES

SEGUNDA VARA COMMERCIAL

JUIZ DE DIREITO DR. MACEDO SOARES—ESCRIVÃO ABREU

Precatoria

Supplicante Francisco Antonio Ceciliano. —Devolva-se a precatoria ao juizo de onde veiu.

Justificação

Justificante O. C. Young. —Julgados justificados os itens da petição fls. 2.

Notificação

Notificante Cicero de Pontes. —Na forma da citação fls. 44.

Liquidação

Da firma commercial Sebastião Antonio de Paiva & Comp. —Propozia o supplicante a forma da partilha.

Fallencia

Fallido José Lopes dos Reis. —Cumpra-se o accórdão; convoquem-se os credores.

Ação summaria

Autor Manoel Joaquim Bastos. —Recebida a excepção em prova.

Ação hypothecaria

Autor Manoel José Gomes. — Respondido o agravo.

Ação de dez dias

Autores Marinho Reis & Comp. — Digam sobre a excepção, no prazo de 5 dias.

Ações ordinarias

Autores: Norton Megaw & Comp. — Recebida a replica, prosiga-se.

Boaventura da Silva Barcellos. — Indeferido o requerimento, a fls. 77 v.

Antonio José de Almeida. — Recebida a excepção, em prova.

Mezzano Guiseppe. — Condemnados os réos. Antonio José Pinto. — Recebida a contestação; prosiga-se.

Execuções

Evequentes: Antonio Alves da Silva Dias. — Respondido o agravo.

José Campello de Oliveira. — Recebidos os embargos da terceiro; sejam contestados no prazo legal.

Manoel José de Azevedo Almeida. — Rejeitados os embargos.

ESCRIVÃO LAZARY

Arbitramento de salarios

Supplicante Pedro Ferreira Travassos. — Arbitrados os salarios dos arbitradores.

Protesto

Supplicants Duvier & Comp. — Julgado o protesto.

Liquidação

Da firma José Bento Moreira & Comp. — Julgadas extinctas a fiança e a hypotheca de fls. 394 v. e fls. 396 v.

Fallencia

Fallidos: Gaspar Rodrigues Pinheiro. — Cumpra-se o accórdão.

Ferreira de Souza & Vieira. — Nomeados administradores Ribeiro Vinhas & Comp.

Ações de dez dias

Autores: Francisco Gonçalves de Queiroz. — Diga em 5 dias sobre a excepção.

Manoel Luiz Alves. — Recebidos os embargos, mas com condemnação.

Ação summaria

Autores Coelho Alves & Comp. — Condemnados os réos.

Ações ordinarias

Autores: Norton Megaw & Comp. — Recebida a replica, prosiga-se.

Ladislão Dias da Cunha. — Recebida a contrariedade e os artigos de reconvenção, prosiga-se.

Fernando Amares & Comp. — Recebida a contestação, prosiga-se.

Augusto Gomes Ferreira. — Idem.

Elkin Hime. — Seja reconhecido o documento de fls. 58.

Detenção pessoal

Supplicants Pereira & Valentim. — Julgado per sentença o accordo.

Execuções

Exequentes: Victorino Pereira de Magalhães. — Rejeitados os embargos.

José Campello de Oliveira. — Recebidos os embargos de 3º, sejam contestados no prazo legal.

José Joaquim da Rocha. — Julgados improcedentes os embargos.

José de Miranda Outeiro. — Proceda-se á citação edital.

Ação executiva

Autor o Banco Internacional do Brazil. — Julgada procedente a penhora.

EDITAES E AVISOS

Intendencia Municipal

Alistamento geral dos cidadãos qualificados eleitores no municipio da Capital Federal

O Dr. Enéas Galvão, juiz substituto da 1ª vara civil, presidente da commissão municipal de revisão de qualificação eleitoral do municipio desta capital federal, de conformidade com o art. 44 do decreto n. 200 A de 8 de fevereiro do corrente anno, faz publico, para conhecimento dos interessados e para que possam os mesmos recorrer para o juiz de direito, no prazo de 10 dias, a contar da data da publicação deste, que se acham

definitivamente alistados os eleitores constantes da relação que está sendo publicada no Diario Official.

Outrosim, manda declarar que, nos termos do art. 1º e 2ª parte do decreto n. 480 de 13 de junho do corrente anno, os estrangeiros só serão considerados eleitores si houverem requerido o alistamento, ou si, tendo sido incluídos por sciencia propria da commissão districtal perante a Intendencia Municipal, requererem titulo de eleitor.

Capital Federal, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1890. Eu, José Antonio de Magalhães Castro Sobrinho, secretario da Intendencia Municipal, servindo de escrivão, o subscrevi. — Enéas Galvão.

Assistencia Medico-Legal de Alienados

HOSPICIO DE ALIENADOS

Propostas para fornecimento

Por autorização do cidadão Dr. director geral desta assistencia faço publico que, no Hospicio Nacional de Alienados, se recebem propostas até ás 11 horas da manhã do dia 9 de julho proximo futuro, para o fornecimento dos generos e mais artigos abaixo mencionados, durante o 2º semestre do corrente anno:

Padaria—Pão, roscaes, biscoutos nacionaes e estrangeiros e farinha de trigo;

Açougue—Carne verde de vacca, dita de porco e de carneiro e linguas frescas;

Combustivel—Lenha em acha e carvão de pedra;

Generos—Carne secca, bacalhau, farinha de mandioca, feijão preto e de cores, milho, toucinho, banha de porco, cebolas, alhos, batatas, sal, manteiga, café muido, matte em folha, azeitonas, arroz, peiza salgado, ervilhas seccas, lentilhas, massas para sopa, assucar refinado de 1ª, 2ª e 3ª, chá preto, araruta, polvilho, tapioca, queijos Flamengo e Minas, goiabada, marmelada, geléa, vinagre e azeite de Lisboa, vinhos Bordeaux, Porto e branco, em barril, dito Bordeaux e Porto engarrafado, aguardente, cognac, alcool a 36º, cerveja nacional e estrangeira;

Aves—Gallinhas, frangos e ovos.

Artigos diversos—Vellas de composição, vassouras de piassava, sabão amarello e preto, tijollo de arear, tintas preparadas, agua-raz, oleo de linhaça, seccante, zarcão, brochas e pinceis por numeros.

As pessoas que quizerem encarregar-se de taes fornecimentos são convidadas a apresentar no referido hospicio no dia e hora indicados as suas propostas fechadas, exhibindo previamente documentos que provem:

1.º Pagamento do imposto da respectiva casa commercial, relativo ao ultimo semestre vencido;

2.º Procuração quando o proponente se fizer representar por terceira pessoa.

As propostas serão abertas á vista dos proponentes ou seus procuradores, e devem ser em duplicata, escriptas com tinta preta, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, tendo o preço da unidade por extenso e em algarismo, sendo assignadas pelos proponentes, selladas e datadas do dia da apresentação e contendo a declaração de sujeitarem-se os proponentes ás condições que nos contractos se estipularem, bem como a uma multa no caso de eximirem-se a assignatura dos contractos.

Não se admite a declaração de tanto menos da proposta mais barata.

No Hospicio Nacional de alienados se darão todos os esclarecimentos de que precisarem os proponentes e tambem qual a caução que previamente devem depositar como garantia de assignatura do contracto.

Capital Federal, 30 de junho de 1890. — O administrador, Vasco de Alencastro Lima.

Emprestimo de 1890

O pagamento dos juros do 4º trimestre desta emprestimo será realizado a partir do dia 1 de julho, na thesouraria geral do Thesouro Nacional, á vista das cautelas ou dos coupons pertencentes as apolices já emittidas. Directoria Geral de Contabilidade do Thesouro Nacional, 28 de junho de 1890. — Barão do Rosario.

Regimento Policial da Capital Federal

Pagamento dos fornecedores

O conselho economico e administrativo paga, quinta-feira, 3 do corrente, ao meio-dia, as contas relativas ao mez de maio ultimo, prevenindo-se aos Srs. fornecedores que serão multados em 5 % sobre a totalidade de suas contas, na forma da condição 8ª do respectivo contracto, os que deixarem de comparecer ou não se fizerem representar por procurador especialmente habilitado.

Quartel em Barbonos, 1 de julho de 1890.
— Gustavo N. Pereira Campos, tenente-secretario geral.

Pagadoria da Marinha

De ordem do capitão de mar e guerra honorario contador da marinha, faço publico que nos dias 1 a 12 do corrente pagam-se nesta pagadoria os soldos e gratificações dos officiaes da armada e classes annexas desembarcados, as consignações, etapas e operarios pensionistas, sendo de 1 a 4, aos proprios e de 5 a 12 aos procuradores.

Pagadoria da Marinha, 1 de julho de 1890.
— O escrivão, *Alvaro Antunes Macello*, 2º tenente honorario.

Intendencia da Guerra

Cargas para Goyaz

Existindo nesta repartição diversos volumes destinados ao estado de Goyaz, o Sr. coronel intendente manda convidar as pessoas que quizerem se encarregar da condução de taes cargas a apresentarem, ao mesmo senhor, suas propostas, em cartas fechadas, até ao dia 5 de julho, ao meio-dia.

Os proponentes deverão declarar, não só o preço por kilogramma por que se obrigam a conduzir os referidos volumes, até á capital daquelle estado, como o nome e residencia do fiador que offerecerem para garantia do fiel cumprimento, do respectivo contracto, responsabilizando-se este, não só pelas perdas e danos que sobrevierem á Fazenda Nacional como tambem pelas multas em que incorrer o afiançado.

As cargas serão recebidas pelo contractante em qualquer das estações da Estrada de Ferro Central do Brazil, que pelo mesmo for indicado, e o pagamento effectuado pela thesouraria de fazenda do dito estado, provadas a entrega da mesma carga, em perfeito estado, e no prazo que for estipulado.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1890. — O secretario, *F. P. Cavalcaniti de Albuquerque*.

Intendencia da Guerra

Ferramentas diversas

A commissão de compras desta repartição recebe propostas novamente no dia 4 de julho até ás 11 horas da manhã, para o fornecimento dos artigos acima mencionados, durante o segundo semestre do corrente anno.

As pessoas que pretenderem contractar esse fornecimento queiram procurar os respectivos impressos na secretaria desta Intendencia, onde deverão previamente apresentar suas habilitações na forma do regulamento e mais ordens em vigor.

Previne-se que as propostas devem ser em duplicata, escriptas com tinta preta, sem rasuras e assignadas pelos proprios proponentes, que deverão comparecer ou fazer-se representar competentemente na occasião da sessão, e ter muito em vista as disposições do artigo 64 do dito regulamento, devendo nas referidas propostas fazer a declaração de sustentarem-se á multa de 5 %, no caso de recusarem-se a assignar o respectivo contracto.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1890. — Pelo secretario, o 1º official *A. B. da Costa Aguiar*.

COMMERCIO

Cambio

Rio, 30 de junho de 1890.

O mercado abriu nas mesmas condições de sabado, com a taxa de 22 3/8 d. sobre Londres, e foi esta a taxa official do dia.

As tabellas no Banco Nacional, do Commercio, Commercial, Sul-Americano, English Bank, Industrial, Allemão e London Bank foram as seguintes:

Londres, por 1\$.....	22 3/8 d., a 90 d/v.
Pariz, por franco....	427 a 426 rs., a 90 d/v.
Hamburgo, por marco	530 a 527 rs., a 90 d/v.
Italia, por lira.....	430 a 428 rs., a 3 d/v.
Portugal.....	242 a 241 o/o, a 3 d/v.
Nova-York, por dolar.....	24250 e 24240 á vista.

O mercado conservou-se muito firme, realizando-se pequenas transações, sobre Londres, de 22 1/2 a 22 5/8 d., bancario, dito de segunda mão, e a 22 15/16 a 23 d., papel particular.

Fundos publicos

MOVIMENTO DA BOLSA

Ações de bancos e companhias

500 ações do Banco Lavoura e Commercio, v/c até 31 de agosto, agio	36\$000
500 ditas idem idem, para o 1º dia de transferencia, c/d.....	95\$000
500 ditas idem para o ultimo dia de transferencia, em dezembro, agio.....	45\$000
1000 ditas idem, idem.....	50\$000
500 ditas idem, idem.....	50\$000
25 ditas do Brazil.....	88\$000
500 ditas idem, v/c até 31 de julho, ex/d. agio.....	46\$000
500 ditas do Nacional para o ultimo dia de transferencia, em dezembro, agio.....	45\$000
500 ditas idem para o 1º dia de transferencia, c/d.....	96\$000
500 ditas idem, idem.....	96\$000
50 ditas do Territorial de Minas..	400\$000
50 ditas idem.....	420\$000
50 ditas idem.....	425\$000
50 ditas idem.....	425\$000
100 ditas Colonizador e Agricola....	88\$000
200 ditas idem.....	90\$000
200 ditas Commercio.....	72\$000
100 ditas de S. Paulo.....	210\$000
300 ditas Comp. Macahé e Campos..	143\$000
100 ditas Minas de S. Jeronymo.....	125\$000
42 ditas idem.....	125\$000
15 ditas Araujo Filgueiras.....	45\$000
7 ditas Leopoldina.....	151\$000
11 ditas idem.....	151\$000
200 ditas Sorocabana.....	115\$000
400 ditas idem.....	115\$000
400 ditas idem.....	115\$000
500 ditas idem.....	115\$000
400 ditas idem.....	116\$000
65 ditas idem.....	116\$000
100 ditas idem.....	116\$000
50 ditas idem.....	116\$000
100 ditas idem.....	116\$000
100 ditas idem.....	116\$000
100 ditas idem.....	116\$000
120 ditas idem.....	116\$000
200 ditas idem.....	117\$000
300 ditas idem.....	118\$000
100 ditas idem.....	118\$000
150 ditas idem para 31 de julho.....	120\$000
100 ditas idem.....	120\$000
100 ditas idem.....	120\$000
20 ditas idem.....	120\$000
50 Ords. Leopoldina.....	63\$000
60 ditas idem.....	63\$000
300 ditas idem.....	63\$000
200 ditas idem v/c até 31 de julho, c/d.	65\$000
200 ditas idem, idem.....	65\$000
618 ditas idem para 31 de julho, c/d.	64\$500
1000 ditas idem, idem.....	65\$000
100 ditas idem, v/c até 30 de setembro, ex/d.....	65\$000
100 ditas idem, idem.....	68\$000

CITAÇÕES OFFICIAES

Ações de bancos e companhias

Banco Lavoura e Commercio v/c até 31 de agosto, agio.....	36\$000
Dito idem para o 1º dia de transferencia.....	95\$000
Dito idem v/c até o ultimo dia de transferencia em dezembro, agio..	45\$000
Dito idem, idem.....	50\$000

Dito do Brazil.....	88\$000
Dito idem v/c até 31 de julho, ex/d., agio.....	43\$000
Dito Nacional v/c até o ultimo dia de transferencia, em dezembro, agio, c/d.....	45\$000
Dito idem para o 1º dia de transferencia c/d.....	96\$000
Dito Territorial de Minas.....	400\$000
Dito idem.....	420\$000
Dito idem.....	425\$000
Dito Colonizador e Agricola.....	88\$000
Dito idem.....	90\$000
Dito do Commercio.....	72\$000
Dito de S. Paulo.....	210\$000
Comp. Macahé e Campos.....	143\$000
Dita Minas S. Jeronymo.....	125\$000
Dita Araujo Filgueiras.....	45\$000
Dita Leopoldina.....	151\$000
Dita Sorocabana.....	115\$000
Dita idem.....	116\$000
Dita idem.....	116\$000
Dita idem.....	118\$000
Dita idem.....	118\$000
Dita idem para 31 de julho.....	120\$000
Ords. Leopoldina.....	63\$000
Dita idem.....	63\$000
Dita idem v/c até 31 de julho, c/d...	65\$000
Dita idem, idem.....	65\$000
Dita idem v/c até 30 de setembro, ex/d.	65\$000
Dita idem, idem.....	68\$000

J. J. Fernandes, presidente. — *Pompeo Pereira Palha*, secretario.

Rendas fiscaes

ALFANDEGA

Rendimento do dia 2 a 29 de junho de 1890.....	5.201.472\$688
E do dia 30.....	800.000\$000
<hr/>	
No mesmo periodo de 1889.....	6.001.472\$688
	4.461.774\$455

RECEBEDORIA

Rendimento do dia 2 a 29 de junho de 1890.....	671.061\$244
E do dia 30.....	29.536\$111
<hr/>	
	700.597\$355

RECEBEDORIA NO CAES DO PHAROUX

Rendimento do dia 2 a 29 de junho de 1890.....	20.377\$036
E do dia 30.....	1.086\$659
<hr/>	
	21.463\$695

ANNUNCIOS

Banco União de S. Paulo

Convido aos Srs. accionistas deste banco, que não anticiparam as suas entradas, a realizarem do dia 1 a 5 de julho, proximo futuro, a 2ª chamada de capital á razão de 10 % ou 20\$ por ação, no seu escriptorio nesta capital, nas agencias em Santos e Campinas e na sua correspondencia no Rio de Janeiro em casa dos Srs. J. F. de Lacerda & Comp., á rua da Alfandega n. 37, sobrado.
S. Paulo, 9 de junho de 1890. — *Antonio de Lacerda Franco*, presidente.

Banco União de S. Paulo

Previne-se que desta data em diante pde-se fazer as transferencias das ações deste banco em casa de seus correspondentes os Srs. J. F. de Lacerda & Comp. Rua da Alfandega n. 37 (sobrado).
Rio de Janeiro, 1 de julho de 1890.

Leilão

J. Dias, leiloeiro das repartições de fazenda (escriptorio, rua do General Camara n. 74) autorizado pelo Exm. Sr. Ministro da Fazenda, em virtude do disposto no art. 17 da lei n. 3366 de 24 de novembro de 1889, e em presença do Sr. engenheiro zelador dos proprios nacionaes, venderá em leilão, amanhã quarta-feira, 2 de julho, ao meio-dia, o predio da rua da Uruguayana n. 188.